

A evolução do Almirantado Português ao longo da época medieval

João Pedro Santos Alves

joaonaboalves@gmail.com

Resumo

O Almirantado português criado no reinado de D. Dinis instituiu em Portugal um comando supremo da marinha de guerra sob a tutela do genovês Manuel Pessanha, que trouxe consigo um enorme avanço nas técnicas de condução de guerra naval, bem como na modernização da organização da frota portuguesa. A implantação do Almirantado português representou a vontade de consolidação da defesa da orla costeira e o início da inversão de forças entre os portugueses e muçulmanos no plano oceânico.

O Almirantado conheceu o seu expoente máximo durante o reinado de D. Fernando, abalado pela crise de sucessão de 1383-85, irá tentar recuperar durante todo o século XV o seu estatuto e poder iniciais, mas depara-se com uma realidade diferente quer no plano político, quer no da condução das políticas marítimas, que o afasta da primeira linha da condução da guerra naval e dos assuntos políticos e diplomáticos do reino. Chegado aos inícios do século XVI o cargo de Almirante havia-se transformado num título nobiliárquico.

Palavras-chave: Almirante, Almirantado, história da marinha, marinha de guerra.

Abstract

The portuguese Admiralty was created during the reign of D. Dinis bringing to Portugal a supreme command over the navy under the orders of the genovese Manuel Pessanha, and with him came a huge advancement in the technics of conducting naval warfare, as well as modernizing the organization of the portuguese fleet. The implementation of the portuguese Admiralty represented the will to consolidate the defense of the sea coast and the turning of tides between the portuguese and the muslims in the oceanic theatre of war.

The Admiralty knew its highest point during the reign of D. Fernando, the crisis of succession in 1383-1385 shook it, and during all of the XVth century it tried to regain all of its initial might and status, but it faced a new reality in the oceanic stage and in the new orientations of the maritime policies which resulted in its withdrawal from the front lines of naval warfare, and from the political and diplomatic affairs of the kingdom. In the beginning of the XVIth century the office of Admiral had transformed itself into a mere noble title.

Keywords: Admiral, Admiralty, history of the navy, navy.

Abreviaturas

B.C.M.P. – Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa;

D.P. – Descobrimientos Portugueses;

H^a M. P. – História da Marinha Portuguesa;

N.H.M. – Nova História Militar.

Introdução

O presente estudo pretende identificar quais as causas, fatores e acontecimentos que provocaram a perda da preponderância e da importância do cargo de Almirante e do Almirantado português ao longo da Idade Média, a cronologia deste estudo estende-se desde meados do século XII, período em que existem as primeiras menções documentais a um Almirante, até ao final do século XV, época a partir da qual o cargo se transforma num mero título. As menções a combates navais e atuações por parte de frotas armadas portuguesas no plano oceânico precedem largamente a chegada de Manuel Pessanha a Portugal, alguns destes episódios podem ser datados a épocas tão recuadas como o reinado de D. Afonso Henrique (1143-1185). Assim o presente estudo será iniciado com uma análise do panorama da marinha de guerra portuguesa no período Pré-Pessanha, a qual irá incidir sobre a composição desta frota armada, sobre os seus meios, quer humanos, quer materiais, dos quais dispunha e ainda sobre a sua estrutura organizativa e de comando. A contratação e a chegada de Manuel Pessanha durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), representam um ponto de viragem na organização da frota naval do reino, para melhor perceber qual a real significância da contratação de Manuel Pessanha e os elementos que lhe estão subjacentes é necessário descortinar as ligações diplomáticas, comerciais e militares detidas pela família Pessanha, a contratação de um Pessanha significava para o reino português a obtenção de uma linha direta aos serviços e contatos comerciais, diplomáticos e políticos detidos por uma das famílias mais influentes em Génova, Roma e nas mais importantes coroas europeias à época, como a inglesa e a francesa. O cargo de Almirante-mor do reino surge em Portugal em finais do século XIII, tendo-se consolidado no primeiro quartel do século XIV, o que se demonstra curioso é que por volta da mesma cronologia verificamos que em alguns reinos europeus se desenham processos semelhantes ao português, neste estudo serão analisados os casos castelhano e francês. Numa breve análise comparativa tentaremos apontar quais os pontos estruturantes e os elementos comuns a estes três modelos no seu momento de implantação e afirmação nos respetivos reinos.

O genovês Manuel Pessanha inicia um período de transmissão hereditária do cargo de Almirante-mor de Portugal o qual será dominado, de forma incontestada, pela linhagem dos Pessanha até à crise de sucessão de 1383-1385 que se irá constituir como um dos episódios mais marcantes na história e na evolução do cargo de Almirante e do Almirantado português. Com a chegada ao poder da dinastia de Avis dá-se também uma

mudança significativa no cargo de Almirante, perdendo os Pessanha a linha sucessória direta para a ocupação do ofício, os eleitos para o ocupar passarão a ser membros de famílias nobres, como os Meneses ou os Castelo Branco, que se demonstraram leais à causa do mestre de Avis. Não sendo o intuito do presente estudo realizar uma análise biográfica dos ocupantes do cargo de Almirante, apenas iremos destacar os acontecimentos de cariz política, militar, económica e diplomática que marcaram a atuação de cada uma destas personagens, em seguida avaliando-as de forma individual de modo a perceber se a sua tenência do ofício afetou de uma forma positiva ou negativa a evolução do cargo do Almirante. Esta análise irá então dividir-se em dois pontos, sendo o primeiro relativo à atuação do Almirante durante a primeira dinastia e o segundo irá iniciar-se com a implantação da dinastia de Avis.

Em 1415 tem lugar o primeiro movimento de conquista territorial efetuada pelo monarca português num espaço exterior à península, falamos como é claro da tomada de Ceuta ocorrida no reinado de D. João I. Sabemos que neste episódio bélico a frota naval desempenhou um grande papel, nomeadamente no transporte de tropas, e as crónicas assim o comprovam. Tendo isto em conta é então com grande estranheza que notamos a ausência do Almirante em quase toda a ação, sendo ele o principal responsável pela condução da guerra pelo mar seria espetável que ele, a par da família real, fosse um dos grandes protagonistas da tomada de Ceuta. Ora tal não acontece e neste ponto do nosso estudo iremos apresentar quais as razões que, na nossa opinião, ditaram o afastamento da figura do Almirante da linha da frente do combate.

O Almirantado português desde a sua criação foi agraciado com várias doações monetárias e patrimoniais, as quais fizeram com que o Almirante se tornasse num dos principais senhores feudais do reino português. Numa fase inicial estas doações serviriam para dotar este cargo dos recursos económicos e financeiros necessários à manutenção de tripulações e comandantes experientes e ainda navios preparados para ação bélica. À medida que os tempos vão avançando os bens económicos vão diminuindo, através da perda de tenças e de bens patrimoniais e territoriais, esta perda parece ser de alguma forma atenuada pela acumulação de cargos possuídos pelo Almirante-mor, especialmente na segunda metade do século XV.

Feita a introdução aos pontos de abordagem deste estudo, passaremos à descrição da metodologia aplicada ao tratamento das fontes e à análise efetuada aos seus dados. As principais fontes utilizadas na elaboração deste trabalho foram as crónicas

dos reis que se encontram compreendidos no período cronológico supramencionado e a coleção documental *Descobrimientos Portugueses – Documentos para a sua História*¹. Estas duas fontes constituem a grande base documental de investigação selecionada para este estudo, a metodologia utilizada na análise destas fontes foi a seguinte:

Quanto às crónicas, todos sabemos que são fontes muito interessantes e úteis, mas estão repletas de condicionantes que devem ser levadas em conta aquando da sua leitura. Estas fontes foram utilizadas principalmente para obter informações acerca de episódios de batalhas, mas como qualquer historiador militar alertará, raramente os relatos são fidedignos. Algumas personagens podem ver o seu papel na batalha engrandecido, enquanto outras caem no esquecimento, por vezes de forma não intencional, por outras com o intuito de cumprir algum objetivo político ou até propagandístico. Na análise realizada identificamos o Almirante que é mencionado na crónica, qual a sua ação, em que contexto se insere essa mesma ação e por fim a crónica e respetivo capítulo de onde foram retirados os respetivos dados.

No que diz respeito à segunda grande fonte documental, a coleção *Descobrimientos Portugueses*, é uma enorme coletânea documental, que apresenta uma extensa variedade quanto à tipologia dos seus documentos. Efetuada a recolha documental, as informações foram divididas em quatro grandes campos: documentos referentes a entradas em função no cargo; documentos relativos aos bens económicos possuídos pelo Almirantado; documentos acerca da jurisdição e aplicação de justiça por parte do Almirante; e por fim, o quarto campo no qual se colocaram todos os documentos relativos a aspetos que forma considerados relevantes para a explicação da evolução do poder e do prestígio do Almirante, mas que não fazia sentido inserir nos três campos anteriormente referidos.

¹ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. Lisboa: INIC, Vol. I, Suplemento ao Vol. I e Vol. III, 1988.

1. Bibliografia crítica

A temática do Almirante e do Almirantado recolhe já uma considerável quantidade de produção bibliográfica, poucas vezes uma obra foca a sua atenção exclusivamente no Almirante ou no Almirantado português. Por norma, é um tema que tende a estar subordinado a outros que parecem sobrepor-se a ele como, por exemplo, a história da marinha portuguesa, ou a história da expansão portuguesa. Estes capítulos da nossa história lideram sempre o foco das obras, surgindo o Almirante e o Almirantado como uma espécie de subtópicos, integrados nesta história de cariz mais geral. A primeira menção ao Almirantado e à sua história surge na *Monarquia Lusitana*, obra na qual o título de primeiro detentor do cargo de Almirante de Portugal é atribuído a D. Fuas Roupinho. Assim verificamos que desde muito cedo surge na historiografia sobre o Almirante e o seu cargo, a questão de quem foi o primeiro ocupante do cargo em Portugal. Esta é uma das grandes interrogações desta temática e dependendo dos critérios que usamos para definir o cargo, a resposta irá, inevitavelmente, variar.

Como já atrás referimos a primeira obra da historiografia portuguesa a abordar a temática do Almirantado e do cargo de Almirante no reino português é a *Monarquia Lusitana*², em 1650, da autoria de frei Francisco Brandão, na sua quinta parte que cobre os primeiros 23 anos do reinado de D. Dinis. No século XVIII a obra de frei Jerónimo de S. José³, uma crónica da Ordem da Santíssima Trindade, irá apresentar breves apontamentos acerca da família Pessanha e numa cronologia mais avançada analisará com algum detalhe a figura de Rui de Melo, isto fica-se a dever ao facto desta ordem religiosa dividir o lugar da Pedreira em Lisboa com o Almirante, perpetuando a criação de laços que se afirmam já desde a época de Manuel Pessanha, e que se estenderão até à segunda metade do século XV, já com Rui de Melo a exercer o cargo de Almirante do reino de Portugal. Durante todo o século XIX assistimos ao surgimento de produção bibliográfica sobre este tema, como a obra de Inácio da Costa Quintella, *Annaes da Marinha Portuguesa*⁴ de 1839, mas a produção não se dá apenas no nosso país, em Itália surge uma outra obra crucial ao estudo desta família genovesa, a recolha

² BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*, introdução de A. da Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976.

³ FR. Jerónimo de S. José – *História Chronologica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade, Redempção de Cativos da Provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Vol. I e II, 1789.

⁴ QUINTELLA, Inácio da Costa - *Annaes da Marinha Portugueza*. Lisboa: Ministério da Marinha, 1975.

documental feita por Luigi Tommaso Belgrano, em Génova, acerca dos Pessanha⁵ em 1881. No final desta centúria surge a obra que nos irá oferecer o estudo mais completo a nível documental e cronológico do Almirantado português à época, da autoria de Anselmo Braamcamp Freire, intitulada *Brasões da Sala de Sintra*⁶. Com o início do século XX surge a obra de autoria de Almeida Pessanha, *Os Almirantes Pessanha*⁷ de 1923 que se afirma como uma pedra basilar para o estudo do Almirantado português, traçando uma genealogia completa da linhagem dos Pessanha e oferecendo novos elementos para o estudo desta família em Portugal. Na década de 30, o estudo de Gustavo de Matos Sequeira⁸ acerca da cidade de Lisboa oferece-nos importantes dados sobre um aspeto que até esta época tinha recebido muito pouca atenção por parte da historiografia, a temática do “bairro do Almirante”, ou seja, as possessões territoriais do Almirante no lugar da Pedreira em Lisboa. Um novo impulso é dado ao estudo do Almirantado graças à publicação da coletânea de documentação feita por João da Silva Marques⁹ em 1944. No ano de 1954 é publicado um artigo interessantíssimo sobre a atividade da marinha de guerra durante a primeira dinastia, da autoria de Rosalina da Silva Cunha¹⁰ aqui inicia-se uma ideia, que se tenderá a fixar cada vez mais na história da marinha de guerra portuguesa, a demonstração da existência de uma armada naval ao dispor do monarcas portugueses numa data que em muito precede a chegada de Micer Manuel Pessanha ao reino português, em 1317. Este é o grande ponto de inovação deste curto, mas elucidante artigo.

Na segunda metade do século XX são produzidos novos estudos que trarão novas perspetivas à análise desta temática, como os trabalhos realizados por Charles Verlinden¹¹ e José de Vasconcellos e Menezes¹², esta segunda obra merece destaque pois é, sem sombra de dúvida, a obra mais completa acerca do Almirantado português

⁵ BELGRANO, L. T. – *Documenti e Genealogia dei Pessagno Genovesi: Ammiragli del Portogallo*. Genova: Società Ligure St. Patria, 1881.

⁶ FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, 3 Vols.

⁷ PESSANHA, José Benedito de Almeida - *Os almirantes Pessanhas e sua descendência*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1923.

⁸ SEQUEIRA, Gustavo Matos – *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, Vol. I.

⁹ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. Lisboa: INIC, Vol. I, Suplemento ao Vol. I e Vol. III, 1988.

¹⁰ CUNHA, Rosalina Branca da Silva – *Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra na 1ª Dinastia*. sep. da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. Tomo XX, 2ª série, Nº1, 1954, p.1-74.

¹¹ VERLINDEN, Charles – *Dal Mediterraneo all'Atlantico. In Contributi per la storia economica*. Prato: Istituto Internazionale di Storia Economica, 1975, p.27-51.

¹² MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado - Elementos para a História da Marinha (século XII-século XVI)*. Lisboa: Academia da Marinha, 1989.

até aos nossos dias. Nos finais da década de 90 do século XX é produzida uma obra, coordenada por Humberto Baquero Moreno¹³, dedicada ao estudo da marinha portuguesa durante a época medieval na qual o Almirante e o Almirantado são alvo de um estudo cuidado e extenso, com especial ênfase no período compreendido pela dinastia de Borgonha. No ano final da centúria, em 1999, é lançada uma monografia acerca da Quinta da Trindade, uma possessão patrimonial da ordem religiosa da Santíssima Trindade¹⁴, a qual na época medieval partilhou o espaço da Pedreira com o Almirante, nesta obra o principal foco está assente na convivência e nas relações entre o Almirantado e a Ordem da Santíssima Trindade, ainda neste estudo encontramos publicados alguns documentos, até à época inéditos, de grande valor para o estudo do Almirantado português dos quais destaco, pela sua importância, o testamento do Almirante Rui de Melo e o da sua mulher D. Brites Pereira.

Já no século XXI, inserido num projeto de um âmbito mais alargado que visava realizar uma síntese completa da história militar portuguesa, temos a coleção *Nova História Militar de Portugal*, na qual está incluída uma parte da autoria Luís Miguel Duarte¹⁵, onde o Almirante e o Almirantado medieval são objetos de um estudo pormenorizado. Em anos mais recentes verificamos que o grosso das publicações acerca do Almirantado português se centram na época da tenência de Manuel Pessanha, a autora que se tem vindo a afirmar, desde 2013¹⁶, como uma das grandes especialistas desta personagem genovesa e o seu período de ocupação do cargo é Giulia Rossi Vairo, cujos estudos versam sobre as mais diversas áreas de atuação de Manuel Pessanha, desde o seu papel diplomático, como embaixador à cúria romana, militar, com especial destaque pelo papel desempenhado durante os conflitos internos entre D. Dinis e o

¹³ MORENO, Humberto Baquero (coord.) - *História da Marinha Portuguesa - Homens Doutrinas e Organização 1139-1414*. Lisboa: Academia da Marinha, 1998.

¹⁴ ALBERTO, Edite Martins – *A Quinta da Trindade. História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1999.

¹⁵ DUARTE, Luís Miguel – *A Marinha de Guerra Portuguesa*. In *Nova História Militar de Portugal*. José Mattoso (coord.); Manuel Themudo Barata, Nuno Severiano Teixeira (dir.). Lisboa: Círculo de Leitores; 2003, Vol. I, p.290-346.

¹⁶ VAIRO, Giulia Rossi – *La Lisbona di Manuel Pessagna*. In *Le nove son tanto e tante buone che dir non se ne puó: Lisboa dos Italianos-História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*. Nunziatella Alessandrini, Pedro Flor, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini (org.). Lisboa: Cátedra de Estudos Sefraditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, 2013, p.19-37. E ainda: VAIRO, Giulia Rossi - *O genovês Manuel Pessanha, Almirante d'El-Rey D.Dinis. O Medievalista* [on-line] Nº13 janeiro-junho 2013, Lisboa: IEM. [Consult. 2 de outubro de 2017] Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>.

infante D. Afonso¹⁷, as suas ações comerciais, às quais se dedica em tempos de paz, dinamizador da organização e reestruturação da marinha de guerra portuguesa¹⁸, entre outros.

Digna de nota, neste estado da arte, é ainda a realização em Lisboa, na Academia da Marinha, nos dias 14 a 16 de novembro de 2017 de um simpósio intitulado: *O Mar como futuro de Portugal. A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante de D. Dinis*, nas atas deste encontro, aquando da sua publicação, encontraremos dois artigos que se debruçaram sobre os Pessanha, o primeiro é da autoria de Giulia Rossi Vairo e intitula-se: *Origens do ofício do Almirantado no reino português*, o segundo artigo resulta da autoria conjunta de Nunziatella Alessandrini e Luís Miguel Duarte e intitula-se: *Porquê os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa*. Este último contém a transcrição de um documento inédito.

Outra nota a retirar da leitura bibliográfica realizada é o facto de a produção historiográfica mais atual vincar com alguma veemência a teoria de que já antes da chegada de Manuel Pessanha, existiria em Portugal uma marinha de guerra. De facto, existiria essa mesma marinha de vertente militar, mas não podemos dizer que haveria uma marinha de guerra permanente, com um corpo de homens fixo e administrada e dirigida por um comando central, isto é, o Almirantado. A bibliografia tem uma enorme tendência para se fixar, em excesso na minha opinião, na chegada e no almirantado de Manuel Pessanha, pese embora se denote uma clara evolução da marinha de guerra portuguesa logo após a sua chegada. Por outras palavras, tende-se a dar a exclusividade da ocupação deste cargo aos primeiros Pessanha, deixando quase de parte os restantes almirantes.

A genealogia da família Pessanha foi já objeto de estudo por parte de alguns autores, encontrando-se bem analisada, é uma das vertentes de estudo que conta com a bibliografia de maior qualidade. A vertente de ação mais aprofundada é sem dúvida a militar, contando com imensos relatos e opiniões sobre as manobras e táticas militares utilizadas em batalha, dentro desta temática podemos também incluir as inovações

¹⁷ VAIRO, Giulia Rossi – A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha e a criação da Ordem de Cristo. In *Entre Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*. Isabel Cristina F. Fernandes (ed.) – Palmela: Câmara Municipal de Palmela; GESOS, 2018, Vol. I, p.427-441.

¹⁸ VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l'organisation de la flotte portugaise au XIV^e siècle. In *The Sea in History – Medieval World II*. Michel Balard (ed.) - Paris: Boydell & Brewer, 2017, p.322-331.

técnicas trazidas pelos Pessanha e os seus genoveses. Quanto a este último ponto temático, a bibliografia diz que não é possível quantificar, nem identificar de uma forma concreta essas mesmas inovações técnicas importadas para o reino português, visto que não existe documentação que relate as ações destes mesmos genoveses selecionados por Pessanha nos estaleiros ou taracenas do reino.

A atuação jurisdicional e judicial do almirante não suscita tanta produção. Para o estudo desta área temos os trabalhos de Luís Miguel Duarte¹⁹ e ainda de Mário Viana²⁰, as articulações de poder entre os oficiais locais e os oficiais do almirante, que irão dar aso a várias queixas dos Concelhos perante o Rei nas cortes, são outra área de estudo dentro da atuação jurisdicional e judicial que mereceu pouca atenção por parte da bibliografia.

Um outro tema a ser referido é o das possessões territoriais, privilégios e benefícios que o almirantado vai recebendo por parte da coroa ao longo da sua existência. Assim facilmente se percebe que, especialmente após a chegada de Manuel Pessanha para o desempenho do cargo, o Almirante seja mais do que um simples líder militar marítimo, sendo também um grande senhor feudal, um comerciante e um diplomata. Por fim fazemos notar que o tema proposto para este estudo, a identificação das razões para a perda de importância do almirantado, não está diretamente tratado em nenhuma bibliografia consultada. Os autores falam de fatores, episódios e decisões que minam e retiram poder ao almirante, mas nunca os organizam de forma sistemática, nem discutem o seu real impacto no apagamento do Almirantado português no final do século XV.

Os estudos específicos sobre o Almirantado começam a produzir-se em Portugal pelo final da década de 80 do século XX, tendo a historiografia portuguesa um atraso de cerca de 50 anos, quando comparada com os estudos espanhóis sobre o cargo em Castela, que precede o português e contribui para o lançamento das suas bases. Torna-se imprescindível inserir a instituição portuguesa num panorama mais alargado, para tentar conseguir identificar os pontos estruturantes para o surgimento e perda de relevância do Almirantado.

¹⁹ DUARTE, Luís Miguel – Crimes do mar e justiça da terra. *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto: Série II, 1991, Vol.8, p.43-74.

²⁰ VIANA, Mário – O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média. In *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*. J. Solórzano, M. Bochaca e A. Aguiar(coord.). Logroño: Instituto de Estudios Riojianos, 2012, p.313-344.

2. Apontamento sobre Marinha de Guerra portuguesa, na era “Pré-Pessanha”

Antes de mais temos de levar em consideração que o que entendemos por “Marinha de Guerra” durante toda a Idade Média não corresponde aos nossos padrões contemporâneos. Esta marinha seria composta por um comando operacional único, com capacidades para treinar, mobilizar e dirigir em combate os seus homens. A evolução da marinha de guerra portuguesa pode ser dividida, apenas para uma melhor descrição, em três grandes períodos²¹: a primeira fase vai desde o reinado de D. Afonso Henriques até D. Afonso III, a segunda fase começa com o reinado de D. Dinis até D. Fernando, o último período estende-se desde 1385 até 1415, com a armada de Ceuta.

Temos, portanto, descrições de atuações de uma marinha já com D. Afonso Henriques, nomeadamente no cerco de Lisboa de 1147, onde surge mencionado um “rector de galeata regis”²². Nesta época já existiria um oficial designado para comandar as operações navais, este homem, de quem se desconhece o nome, poderá não ter sido um experiente marinheiro, mas sim um comandante de tropas terrestres, a quem o rei pediu o desempenho de funções de comando marítimo numa situação excepcional. O relato do cruzado Osberno da tomada de Lisboa, permite-nos perceber que já em meados do século XII Portugal dispunha já de meios marítimos, nomeadamente galés e respetivos comandantes e tripulações, para auxiliar os movimentos das tropas terrestres²³. Rosalina Cunha avança ainda uma proposta interessante, após a tomada de Lisboa (1147) e de Alcácer do Sal (1159) nos despojos obtidos após a conquista destas duas praças poderiam ter sido encontrados barcos, materiais náuticos e até possivelmente taracenas, “com que se teria enriquecido a marinha portuguesa incipiente”²⁴.

Ao falar da atuação da “marinha de guerra” portuguesa no reinado de D. Afonso Henriques é inevitável mencionar D. Fuas Roupinho, uma personagem um pouco polémica, isto porque se discute desde logo a sua existência e em caso afirmativo, quanto da descrição das suas ações será real ou uma mitificação com propósitos

²¹ DUARTE, Luís Miguel – Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses nos primórdios das marinhas de guerra de Castela, França e Portugal. In *Genova una “porta” del mediterraneo*. Luciano Gallinari (coord.). Brigati-Genova: Istituto di Storia dell’Europa mediterranea, 2005, Vol. I, p.259-294.

²²MORENO, Humberto Baquero (coord.) - *História da Marinha Portuguesa - Homens Doutrinas e Organização 1139-1414*. Lisboa: Academia da Marinha, 1998. p.167.

²³ CUNHA, Rosalina Branca da Silva – *Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra...* p.19.

²⁴ CUNHA, Rosalina Branca da Silva – *Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra...* p.20.

político-militares. Nobre de origem galega, seria filho de Gonçalo Fernandes Churrichão e de Dona Sancha Anes de Monte Negro, serviu o reino português nos seus inícios, auxiliando D. Afonso Henriques na luta contra os Almóadas. Luís Krus avança que o nome verdadeiro deste nobre seria Fernão Gonçalves Churrichão, de sua alcunha “O Farroupim”²⁵. Este homem destaca-se no serviço militar à coroa portuguesa, segundo a *Crónica de 1419* investido do cargo de alcaide da cidade de Porto de Mós²⁶ terá combatido os mouros em maio de 1180, a batalha resultou numa vitória portuguesa tendo sido derrotado e aprisionado o chefe mouro de Cáceres, que posteriormente foi levado como prisioneiro para Coimbra, onde D. Fuas Roupinho o entregou a D. Afonso Henriques²⁷. Terá sido após esta vitória que D. Afonso I de Portugal irá encarregá-lo da defesa da península de Setúbal, é no desempenho destas mesmas funções que irão surgir os relatos das batalhas navais protagonizadas pela sua armada, que terá sido preparada pela cidade de Lisboa a pedido do Rei²⁸. Após uma batalha defensiva ganha em 1180, junto da zona do Cabo Espichel, os portugueses vão pela primeira vez desenvolver uma ação ofensiva por mar face aos muçulmanos. A armada portuguesa faz um raide à baía de Ceuta, no qual arresta vários navios muçulmanos, trazendo-os para Lisboa. A 17 de outubro de 1182, motivado pelo grande êxito obtido na incursão anterior a Ceuta, D. Fuas Roupinho fez-se de novo ao mar junto à costa algarvia, com uma armada de 21 galés, mas na zona de Gibraltar deparou-se com uma frota muçulmana de 54 galés²⁹, a frota portuguesa lançou-se à batalha em desvantagem numérica³⁰, neste confronto foram perdidos onze navios portugueses e D. Fuas Roupinho faleceu.

A análise da atuação desta personagem deve ser feita com grande cuidado, a documentação coeva não faz qualquer tipo de menção às suas atuações militares, os relatos dos seus feitos de armas chegam até nós através de uma fonte muito mais tardia, dois capítulos da *Crónica de 1419* um texto cronístico do século XV. Este facto levanta desde logo alguns problemas do ponto de vista de interpretação histórica, pese embora as suas atuações sejam em parte apoiadas pelas circunstâncias político-militares que também tinham tornado possível a incursão aos arredores de Sevilha do Infante D.

²⁵ KRUS, Luís – D. Fuas Roupinho. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. José Costa Pereira (coord.). Navarra: Publicações Alfa, 1985, Vol. II, p.187-188.

²⁶ KRUS, Luís – D. Fuas Roupinho. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. (Vol. II) ... p.188.

²⁷ *Crónica de Portugal de 1419*, ed. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. p.77.

²⁸ MONTEIRO, Saturnino - *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa - Volume I (1139-1521)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1989. p.15.

²⁹ MONTEIRO, Saturnino - *Batalhas e Combates da Marinha...* p.16.

³⁰ Temos de ter em consideração que os números adiantados para estas armadas não são exatos.

Sancho I, em 1178. Entre 1179 e 1184 as forças muçulmanas encontram-se num período de retaliação face ao ataque a Sevilha e realizam várias incursões na zona da linha do Tejo, as quais foram articuladas com a prática de pirataria costeira, cuja repressão, em grande medida, se ficou a dever às milícias concelhias. Não duvidamos do seu serviço prestado à coroa portuguesa, mas não nos podemos esquecer que a *Crónica de 1419* tem como objetivo final constituir-se como uma obra que pretende articular toda a historiografia portuguesa em função da Dinastia de Avis, tentando assim projetar no passado, o presente. Assim o serviço do cavaleiro e as suas campanhas a Ceuta e a consequente derrota na batalha do Estreito de Gibraltar, parecem ser uma espécie de antecedente histórico à conquista da cidade do Norte de África, por D. João I, em 1415. A vitória na campanha norte africana, levada a cabo pelo monarca português, é então como que uma vingança e uma superação das dificuldades sentidas no reinado do primeiro de Portugal³¹.

A primeira menção a um Almirante na documentação surge num aforamento régio de propriedades, datado de 6 de fevereiro de 1288³², no qual, entre os recetores de doação, encontra-se um “Domingos Martins dicto almirante”³³. Não dispomos de quaisquer dados para o estudo deste suposto almirante, nem sobre a sua atividade ou desempenho de funções, assim sendo a historiografia portuguesa ainda discute se Domingos Martins terá, de facto, ocupado o cargo de Almirante, ou se a designação é uma mera alcunha³⁴. Surge apenas mais um documento relacionado com o Almirante nesta cronologia, datado de 6 de janeiro de 1298³⁵, é uma carta de confirmação de foros e costumes aos alcaides, arrais e petintais das galés do Rei, onde se diz que estes estarão agora sob a jurisdição do almirante³⁶. Neste documento é ainda feita menção a um importante instrumento de administração, que seria um livro que estaria na posse do Almirante, no qual estariam inscritos todos os homens do mar para serem elegíveis a prestar serviço nas galés reais e ainda porque em caso de dívidas ou delitos comuns estes homens do mar deveriam dirigir-se “perante seu almirante”³⁷. Em termos de ações navais militares, para esta cronologia de finais do século XIII, destacamos uma

³¹ KRUS, Luís – D. Fuas Roupinho. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. (Vol. II) ... p.188.

³² MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.21.

³³ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.21.

³⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz – Portugal: um reino “Plantador de Naus”. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XLIII, 2012, p.71-89. p.82.

³⁵ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.22.

³⁶ O nome de Domingos Martins não surge no documento, sendo apenas mencionado o Almirante.

³⁷ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.23.

importante mobilização de uma divisão naval portuguesa que em 1295 se juntou à frota naval francesa reunida por Filipe, o Belo (1285-1314) na costa oeste de França³⁸.

A Domingos Martins terá então sucedido Nuno Fernandes Cogominho, que surge na documentação a 3 de março de 1314³⁹, com o título de Almirante-mor e Chanceler do Infante D. Afonso⁴⁰, numa doação régia de uma horta em Salvaterra. Este seria um “Almirante de direito e costume”⁴¹, isto é, seria um oficial dotado de algum poder jurisdicional sobre os homens do mar, que teria como funções: a administração da logística, dos meios e dos homens da marinha de guerra, mas não desempenharia nenhum papel como líder em combate naval. Nuno Fernandes Cogominho estará ainda ligado aos conflitos entre D. Dinis e o Infante D. Afonso, tomando o partido do Infante irá integrar um grupo de nobres, antigos vassallos de D. Dinis, que se encontram descontentes com as políticas promovidas pelo monarca. Este mesmo grupo nobiliárquico, constituído por personagens como Ramón de Cardona⁴², promoveu uma incursão pela fronteira portuguesa, na zona marcada pelo rio Guadiana por volta da segunda metade do ano de 1316 e princípios de 1317⁴³, incursão que foi travada graças aos esforços de D. Afonso Sanches e D. João Afonso, com os seus respetivos exércitos, enviados para defender o território a mando de D. Dinis.

Não podemos, no entanto, negar a existência de alguns combates navais e a participação de embarcações portuguesas nos mesmos, mas seria esta uma “Marinha de guerra” muito diferente daquela que viremos a conhecer após a chegada dos Pessanha a Portugal, seria uma armada composta na sua maioria por barcos de corsários, que atuavam em serviço do rei em troca de um pagamento.

A utilização do termo “Almirante” para designar alguns destes corsários ao serviço do rei causa também alguma confusão, isto deve-se ao facto de a palavra, importada do mundo árabe, surgir em Portugal com dois significados. O primeiro serve para designar um chefe supremo de uma frota ou armada real e a segunda formulação indica como almirante qualquer homem que detenha o comando sobre um grupo de navios armados. Como podemos ver, antes da chegada de Micer Manuel Pessanha não

³⁸ CUNHA, Rosalina Branca da Silva – *Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra...* p.29.

³⁹ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.26.

⁴⁰ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.27.

⁴¹ VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha... p.6.

⁴² Fidalgo aragonês, alferes do príncipe D. Afonso e casado com a infanta Beatriz de Aragão, meia-irmã e dama da Rainha D. Isabel.

⁴³ VAIRO, Giulia Rossi – A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha ... p.429.

existe em Portugal uma marinha de guerra dotada de um comando naval único e centralizado. Não estariam também disponíveis os meios logísticos, administrativos ou judiciais necessários para o funcionamento eficaz de uma frota permanente e submetida de uma forma direta à tutela régia. Tudo isto viria a mudar no reinado de D. Dinis.

3. A Família Pessanha

Os Pessanha eram uma família genovesa de mercadores, armadores e “homens políticos”, originários da zona da Val Graveglia, no século XII mudaram-se para a zona da Lavagna e estabeleceram-se definitivamente em Génova no final desse século, na zona do bairro de Molo⁴⁴, o porto natural da cidade. Manuel, ou Emanuele, era o segundo mais velho entre quatro irmãos: Leonardo (o mais velho), Filippo (o terceiro mais velho) e ainda Antonio (o mais novo)⁴⁵. Todos estes rapazes eram profundos conhecedores das artes marítimas e irão cruzar-se por várias vezes no futuro no desempenho de várias funções e cargos.

Leonardo Pessanha, o mais velho, rumou para Inglaterra onde prestou serviços ao monarca Eduardo II como, por exemplo, dirigir-se a Génova para alugar cinco galés por três meses, guarnecidas com uma tripulação de 200 homens, para fazer guerra à Escócia⁴⁶. Mas anteriormente a este empreendimento, Leonardo já teria relações comerciais com este país, através de viagens realizadas com o apoio de sociedades, aliás como era comum à época nas cidades italianas; numa dessas viagens irá ser acompanhado pelo seu irmão Manuel.

Fillipo teria a alcunha de “Pessagnino”, dele não temos muitas informações, talvez devido à sua jovem idade, a não ser umas escassas menções nuns contratos de compra onde surge como “vendedor de ardósia”⁴⁷, no entanto não podemos descartar a possibilidade de, mais tarde, ter participado nas iniciativas comerciais dos seus irmãos e em algumas por sua própria conta⁴⁸. Quanto ao mais novo dos irmãos, Antonio,

⁴⁴ VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha... p.2.

⁴⁵ VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha... p.3.

⁴⁶ AIRALDI, Gabriela - Due fratelli genovesi: Manuele e Antonio Pessagno. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História (org.) Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2006, p.139-146. p. 140.

⁴⁷ VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha... p.4.

⁴⁸ VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagno ... p.20.

dedicou-se principalmente ao serviço da coroa inglesa de Eduardo II. Nesta corte assumiu cargos de uma enorme importância, como o de “King’s merchant” e o tesoureiro da corte⁴⁹, cargo recebido em 1314, serviu por várias vezes como embaixador à cúria papal de João XXII. Como compensação pelos serviços prestados, recebeu várias rendas e bens da coroa inglesa, cerca de 1315 é nomeado cavaleiro pela coroa inglesa e passa a receber uma renda de três mil libras esterlinas⁵⁰, Antonio seria dono de uma considerável fortuna, recebendo rendas de diversas atividades, como minas na Cornualha e taxas alfandegárias em Londres e Boston, bem como as dízimas da Irlanda, receberia ainda as rendas e as receitas alfandegárias do arcebispado de Canterbury, que à época se encontrava vacante⁵¹. Ainda no ano de 1315 recebe como doação o solar de Kennington e o direito de caçar à sua vontade na floresta rela. O genovês também recebeu património da extinta ordem dos Templários, nomeadamente a casa templária de Dinsley em 1313⁵² e possessões na zona da Champagne e na Aquitânia⁵³. A sua fluidez financeira ainda lhe permitiu organizar um sindicato bancário para financiar a guerra face à Escócia e garantir por sua própria conta o abastecimento de todos os castelos do norte do reino inglês⁵⁴, os seus recursos monetários permitiram-lhe ser credor da coroa inglesa, que em 1313 contraiu um empréstimo de valores astronómicos para com o genovês. Terá sido este papel de credor, e a demora do monarca inglês em saldar as suas dívidas, que o fez afastar-se da corte inglesa e procurar no reino francês compensação pelos seus serviços tendo servido o monarca francês entre 1318 a 1327. No final deste período Antonio Pessanha regressa à corte inglesa até 1338, ano da última menção documental acerca deste homem, que teria partido com o rei de Inglaterra numa expedição com rumo à Flandres, estávamos no período inicial da Guerra dos Cem Anos⁵⁵.

No que diz respeito a Manuel Pessanha, nascido no último quartel do século XIII⁵⁶, sabemos que desde muito jovem esteve ligado à atividade marítima, em 1303

⁴⁹ AIRALDI, Gabriela - Due fratelli genovesi... p.142.

⁵⁰ AIRALDI, Gabriela - Due fratelli genovesi... p.142.

⁵¹ AIRALDI, Gabriella – Genovesi e Portoghesi verso un mondo globale ... p.220.

⁵² VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha... p.4.

⁵³ VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagna ... p.20.

⁵⁴ ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel – Porquê os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa. In *Atas do XV Simpósio de História Marítima: O Mar como futuro de Portugal – a propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante de D. Dinis*. Lisboa, 2017. No prelo, revisão de provas efetuada. p.6.

⁵⁵ ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel – Porquê os Pessagno? Novos dados ... p.7.

⁵⁶ VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagna ... p.19.

temos notícia de que ele terá comandado a sua primeira galé⁵⁷, numa missão conjunta com o seu irmão mais velho Leonardo, com destino à zona do Mar Negro. O seu primeiro contato com Portugal dá-se através de uma escala no nosso país, em 31 de outubro de 1306⁵⁸, durante uma viagem comercial entre Inglaterra e Génova, transportando lãs inglesas. As atividades da família Pessanha atingiram grande parte da Europa ocidental, prestaram serviços não só como soldados, mas também como conselheiros, embaixadores, mercadores e banqueiros. São estas mesmas características, demonstradas pelos vários elementos da família Pessanha, como a flexibilidade, capacidade de adaptação e organização patriarcal da família que vão pontuar a atuação do Almirante-mor português Micer Manuel Pessanha durante o seu serviço à coroa portuguesa.

4. Os Almirantados de Castela e França

O Almirantado português não surge como um caso único na Europa da época, aliás será em grande parte influenciado pelo modelo castelhano, mantendo sempre as suas respetivas características e formas de organização. O caso português foi o único que seguiu à risca o modelo de comando dos muçulmanos, com o Almirante no topo, seguido do alcaide das galés e do arrais, enquanto que no caso francês e no castelhano, manteve-se no topo o Almirante, mas os oficiais subalternos seriam o *comitre* e o *nauchere*⁵⁹.

Vejamos agora quais os pontos que caracterizam estes Almirantados, a sua estruturação e funcionamento, os muçulmanos foram os primeiros a sistematizar e concretizar táticas e manobras marítimas realmente efetivas e de alguma forma independentes do comando terrestre. Mas pese embora a experiência trazida, o papel do combate naval vai-se manter em grande medida igual durante toda a época medieval, servindo principalmente para o transporte de tropas e para manobras de cerco e de bloqueio naval. Os três pontos fulcrais presentes em todos estes exemplos são: 1. Um comando único e experiente em atividades marítimas; 2. Existência de bases de

⁵⁷ VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha... p.5.

⁵⁸ DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses... p.287.

⁵⁹ PEDROSA, Fernando Gomes - *Os Homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima- Pescadores, Marinheiros e Corsários*. Cacém: Câmara Municipal de Cascais, 2000. p.53.

construção, reparação e manutenção de navios; 3. Capacidade de financiamento e sustento dessa mesma frota de guerra⁶⁰. Estes são os aspetos indispensáveis para se conseguir uma frota de guerra minimamente eficaz e competente. Nem para todos os países faria sentido manter uma marinha de guerra, devido, em grande parte, aos custos que lhe estão associados.

Um outro ponto comum aos três casos aqui estudados será a presença de genoveses na liderança das suas frotas, a contratação de um genovês significa o acesso, de uma forma privilegiada, a todos os elementos necessários à construção de uma frota: as galés, remadores, marinheiros, armas, dinheiro e talvez o mais precioso, informações⁶¹. O primeiro responsável pela vinda destes homens para a Península Ibérica foi o arcebispo de Santiago de Compostela, Diego Gelmírez que em 1113 contrata dois italianos, um pisano e um genovês para construir e manter uma frota de defesa de costa⁶², e ainda em 1147 Afonso VII de Leão e Castela (1126-1157) contou com o auxílio de forças navais genoveses, pisanas e catalães na conquista da cidade de Almeria⁶³. Feita esta pequena introdução, debrucemo-nos agora sobre a análise de cada caso específico, começando com o Almirantado castelhano.

Em Castela, o cargo de Almirante surge atribuído a várias personagens e concedido por curtos períodos de tempo. Em 1253, Afonso X (1252-1284) nomeia como seu Almirante-mor Ruy López de Mendoza⁶⁴, que seria uma personalidade nobiliárquica com prestígio suficiente para se sobrepor às contestações que pudessem advir dos seus *comitres*⁶⁵, um outro elemento a destacar é a fixação, de forma permanente, de uma frota de dez galés. Nas *Siete Partidas*, Afonso X dita na *Segunda Partida, Título XXIII: de la guerra que se faz por la mar*, uma doutrina de comando e abastecimento de navios. E na *Lei III: Quál debe seer el almirante de la mar, et cómo*

⁶⁰ DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses... p.262.

⁶¹ DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses... p.268.

⁶² DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses... p.265.

⁶³ LÓPEZ de ARENOSA y DÍAZ, Francisco José - Despertar marítimo: Ante el 750 aniversario de la creación del Almirantazgo de Castilla. In *Cátedra Jorge Juan: Ciclo de Conferencias: curso 1996-1997*. Ignacio José Díaz Blanco (coord.) Ferrol: Universidade da Coruña, Servizio de Publicacións, 1999, p.165-192. p.176.

⁶⁴ DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses... p.269.

⁶⁵ CÁLDERON ORTEGA, José Manuel; DÍAZ GONZÁLEZ, Francisco Javier – Alfonso X y el Almirantazgo Castellano: Reflexiones en torno al nacimiento de una institución. *Ius Fugit: revista interdisciplinar de estudios histórico-jurídicos*. Nº 8-9, 1999-2000, p.301-320. p.314.

*debe seer fecho et qué poder ha*⁶⁶, estão explicadas as características que um candidato ao cargo deveria reunir, essas características seriam: ser de boa linhagem, ter conhecimento de guerra, energia, coragem e fidelidade ao seu senhor.

Teremos de esperar pelo reinado de Sancho IV (1284-1295) para surgirem alterações relevantes quanto ao cargo de Almirante de Castela. Sancho IV encontra-se a braços com a guerra do Estreito (1285) para conseguir combater o seu inimigo muçulmano, o Rei manda chamar à sua corte Benedetto Zaccaria. Em troca dos seus serviços é-lhe dada uma tença de seis mil dobras anuais, mais a vila de Puerto de Santa Maria⁶⁷. Zaccaria ficaria obrigado a fornecer 12 galés, bem armadas e tripuladas e ainda mais uma galé para a defesa dos acessos ao Rio Guadalquivir. Acabados os seus serviços regressa a Génova, o monarca chama de novo Benedetto Zaccaria que obtém uma vitória face à armada muçulmana, e em setembro de 1291 é agraciado com o título de Almirante de Castela. Mas mantêm-se a desorganização e a sobreposição de competências dentro da marinha castelhana, o que se verificava em Castela à época era que o cargo de Almirante era atribuído como remuneração por serviços, promessas cortesãs e ainda proximidade à pessoa do Rei, e que apenas em casos de especial necessidade eram requisitados os serviços de alguém experiente na arte de marear e na guerra marítima. Só no século XIV surge em Castela um Almirantado que se traduz num comando único e supremo da frota real, transmitido de uma forma hereditária, essa estruturação começa com a outorga de um documento por Fernando IV de Castela, em 10 de maio de 1310⁶⁸. Aqui se fixam as barreiras geográficas da extensão do poder do Almirante, enumeram também quais os seus subordinados e os bens materiais de que ele deveria dispor, a partir deste momento o cargo adquire o seu caráter unipessoal e vitalício e ainda se verifica a sucessão hereditária no respetivo exercício⁶⁹.

No caso castelhano Sevilha irá demarcar-se como o centro de atividade do Almirante, é nesta cidade do sul da Península Ibérica que se irão instalar as taracenas reais⁷⁰, a localização desta cidade permitia-lhe ser um excelente ponto de controlo de toda a navegação da zona do estreito de Gibraltar e dos seus acessos, o que servia uma

⁶⁶ SALDANHA, António Vasconcelos de – O Almirante de Portugal. Estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval. *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXXIV, 1988, p.137-156. p.153.

⁶⁷ CALDERÓN ORTEGA, José Manuel - *El Almirantazgo de Castilla - Historia de una Institución conflictiva (1250-1560)*. Madrid: Universidad Alcalá Henares, 2003. p.27.

⁶⁸ CALDERÓN ORTEGA, José Manuel - *El Almirantazgo...* p.34.

⁶⁹ CALDERÓN ORTEGA, José Manuel - *El Almirantazgo...* p.35.

⁷⁰ LÓPEZ de ARENOSA y DÍAZ, Francisco José - *Despertar marítimo: Ante el 750 aniversario ...* p.184.

dupla finalidade, a primeira referente a questões militares e de segurança do reino pois este controlo naval permitia a privação do reino de Granada de ajudas e reforços vindos do Norte de África, a segunda finalidade era permitir o restabelecimento de uma comunicação comercial livre e regular entre o Mediterrâneo e o Atlântico⁷¹. Como centro de apoio logístico às frotas e às taracenas sevilhanas irá afirmar-se a cidade de Cartagena.

O caso do Almirantado francês é o mais singular de todos, a França, tal como Castela, apercebe-se, numa fase muito tardia da necessidade de uma frota de guerra permanente, a tradição dita que a França seja um país muito mais focado na guerra terrestre. O rei S. Luís, ou Luís IX de França (1226-1270), manda fundar um dos portos de embarque franceses na zona do Mediterrâneo, perto de Montpellier o local é conhecido como *Aigues Mortes*⁷², a construção deste porto foi ordenada de forma a prover um acesso direto ao Mediterrâneo e conseguir finalmente obter a autonomia naval francesa. Terá sido esta mesma cidade portuária a última cidade francesa a ver Luís IX vivo, visto que ele parte de lá em 1270 para a cruzada com destino à Tunísia, onde vem a falecer. O outro local escolhido para estabelecer um porto de embarque foi o *Clos des Galées*⁷³, este centro naval serviu como um local de manutenção, acabamentos e de armazenamento de víveres, armas e munições.

A chegada ao cargo de Benedetto Zaccaria em 1292, a convite do monarca francês Filipe IV (1285-1314), terá sido um dos momentos mais importantes da constituição e estruturação do Almirantado francês, este genovês traz consigo toda a experiência militar naval e os modelos de estrutura organizativa que sustentam o Almirantado. Entra em ação em 1296, ao lançar um ataque a Inglaterra, mas utilizando uma tática revolucionária à época no comando militar francês. Em vez de promover um desembarque anfíbio seguido de uma carga de cavalaria, o genovês opta por um cerco, uma espécie de bloqueio continental⁷⁴, realizando-o sem falhas e conseguindo a vitória face aos ingleses. O Almirantado francês é o caso mais atípico: os franceses nunca deram uma grande importância ao poderio naval, preferindo sempre a vertente terrestre da guerra, os dois referidos portos de embarque foram construídos com o intuito de

⁷¹ LÓPEZ de ARENOSA y DÍAZ, Francisco José - Despertar marítimo: Ante el 750 aniversario ... p.184.

⁷² DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses... p.280.

⁷³ DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses... p.282.

⁷⁴ DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses... p.283.

constituírem bases de apoio para as campanhas das cruzadas, e não de serem locais de construção e de manutenção de uma frota de guerra real permanente.

O fenómeno português da criação do Almirantado tem movimentos que lhe são contemporâneos na Europa, mas isto não significa que não se revista das suas características próprias. Mas mais importante do que apontar as diferenças é assinalar os fios condutores, os elementos comuns e estruturantes destes três casos, o primeiro a assinalar serão as três condições fulcrais elencadas por Luís Miguel Duarte: o comando único e experiente, a existência de bases de construção, reparação e manutenção de navios e por fim a capacidade de financiamento e sustento dessa mesma frota de guerra⁷⁵. O segundo ponto comum a todos os casos é a presença de genoveses, devendo-se isto à sua vasta experiência e conhecimento das melhores técnicas navais, nomeadamente as muçulmanas. Esta superioridade na navegação é tal e tão conhecida que “no decurso de um século, fizeram dela um artigo de exportação através da Europa, para Espanha, Portugal, França e Inglaterra”⁷⁶. Com a evolução destes Almirantados, que se verifica apenas nos casos português e castelhano, o cargo vai-se revestir de novas características, como um comando naval único com capacidade de dirigir uma armada em combate, a obtenção de jurisdição sobre todas as gentes do mar, mesmo em tempo de paz e ainda a criação de serviços e oficiais administrativos subordinados ao Almirantado para o ajudarem no cumprimento das suas funções. As bases navais vão aumentar em dimensão, no caso português vão-se multiplicando ao longo da costa, enquanto que em Castela assistimos a um acumular de atividades no Arsenal de Sevilha. O cargo ganhará ainda um cariz vitalício e será transmitido por via hereditária entre pais e filhos.

5. Os Almirantes Pessanha

Não sendo o objetivo principal deste estudo biografar as personagens da família Pessanha que ocuparam o cargo de Almirante de Portugal, e visto já existirem obras que cobrem esta temática de forma bastante completa, serão abordados apenas os eventos e informações mais relevantes de cada ocupante do cargo. Não irei falar em extensão

⁷⁵ DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses... p.262.

⁷⁶ DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses... p.294.

sobre todos eles, pois alguns não apresentam dados suficientes ou relevantes para contribuir para este estudo.

A família Pessanha foi a escolhida pelo rei D. Dinis para renovar e reorganizar a marinha de guerra portuguesa, finda a reconquista e consolidadas as fronteiras terrestres com Castela, D. Dinis contrata um homem de uma das famílias genovesas mais experientes e famosas para liderar a reforma da sua marinha de guerra, concedendo-lhe o cargo de Almirante-mor. É ainda nesta época que se dá a criação do Almirantado português, com a missão de consolidar a segurança da costa portuguesa.

Como já foi referido anteriormente, Manuel Pessanha já havia estado em Portugal, pelo menos uma vez que sabemos, cerca de 1306, aquando de uma escala de uma viagem comercial entre Inglaterra e Génova. A atuação de homens do mar genoveses na Península Ibérica era já uma prática bem conhecida, em grande parte devido aos serviços prestados à coroa castelhana por Benedetto Zaccaria e Gil Bocanegra⁷⁷. E por outro lado, era certo que a fama dos Pessanha e sua influência em várias cortes europeias havia chegado à corte de D. Dinis, contribuindo estes fatores para a escolha de Manuel Pessanha.

D. Dinis encarregou dois cavaleiros residentes na cidade de Avinhão com a missão de selecionar um homem - uma família - capaz de ocupar o cargo de Almirante, estes dois cavaleiros eram João Lourenço e Vicente Eanes César⁷⁸. A escolha recaiu sobre um mercador genovês com vasta experiência marítima e comercial, com conhecimentos e ligações à Coroa inglesa, através dos seus irmãos, acesso a vastos recursos na cidade de Génova e ainda ligações privilegiadas com Roma, uma vez que o seu irmão Antonio Pessanha se encontrava ao serviço do Papa Clemente V⁷⁹. Esse mercante era Manuel Pessanha contactado pela primeira vez em 1316, após o afastamento de Nuno Fernandes Cogominho do cargo de Almirante-mor do reino, após este último se afirmar como partidário do infante D. Afonso⁸⁰, no ano de 1317 foi convidado a deslocar-se a Portugal onde se encontrou com o monarca D. Dinis no Palácio real de Santarém⁸¹. Após algumas negociações o acordo foi formalizado através

⁷⁷ MORENO, Humberto Baquero (coord.) - *História da Marinha Portuguesa ...* p.169.

⁷⁸ VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha... p.5.

⁷⁹ MORENO, Humberto Baquero (coord.) - *História da Marinha Portuguesa ...* p.169.

⁸⁰ VAIRO, Giulia Rossi – A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha ... p.433.

⁸¹ VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagna ... p.21.

do contrato de 1 de fevereiro de 1317⁸², que irá desenhar os princípios base do Almirantado Português e confirma a entrada em funções do genovês como Almirante-mor do reino de Portugal, nos anos seguintes, até 1321, o monarca outorga uma série de cartas de confirmação e de mercê com o objetivo de reafirmar e reforçar o poder deste novo Almirante-mor.

Manuel Pessanha serviu a coroa portuguesa não só como um comandante militar naval, foi também encarregado de missões diplomáticas, como a de 1318, na qual seguiu para Roma com a companhia de Vicente Eanes César, esta tinha como objetivo a separação da Ordem Militar de Santiago da sua congénere castelhana. O Papa acedeu a este pedido e a ordem portuguesa adquiriu a sua independência, permitindo o arranque do seu processo de “nacionalização”, consolidando assim um dos projetos políticos de D. Dinis, o da “apropriação” pela coroa das Ordens Militares⁸³. É de novo enviado a Roma, em 1320, desta feita acompanhado por D. Gonçalo Pereira, deão do Porto⁸⁴, esta viagem tinha como objetivo obter fundos papais para a organização da armada portuguesa para combate dos mouros⁸⁵ e ainda receber a bula que permitia a separação da Ordem de Santiago portuguesa da sua homóloga castelhana, um outro motivo para esta viagem era a entrega de uma quantia de quatro mil florins e ainda um rol de queixas contra o Bispo de Lisboa, que era acusado de instigar o clima de conflito que se vivia no reino à época⁸⁶. Como podemos verificar nos seus primeiros três anos no ofício Manuel Pessanha esteve várias vezes na cúria romana, estando documentada a sua presença na corte papal em “julho de 1317, no início do ano e durante o mês de junho-julho de 1318, no fim do mesmo ano princípio de 1319 e depois ainda em 1320”⁸⁷.

Mas não ficam por aqui as suas missões como diplomata, o reinado de D. Afonso IV inicia-se em 1325, mas Manuel Pessanha recebe a sua confirmação do cargo de Almirante-mor apenas no dia 21 de abril de 1327⁸⁸, o que demonstraria alguma hesitação por parte do monarca perante os serviços do genovês. Isto fica-se a dever à posição tomada pelo Almirante, aquando das lutas internas no reino entre D. Dinis e o

⁸² MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.27.

⁸³ GONÇALVES, Marta Pereira – Ammiragliato – Estudo sociológico sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481). In *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Biblioteca Digital, 2017, p.96-123. p.104.

⁸⁴ Este homem mais tarde viria a assumir sucessivamente os cargos de Bispo de Lisboa e de Arcebispo de Braga.

⁸⁵ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.40.

⁸⁶ SOUSA, Bernardo Vasconcellos e – *D. Afonso IV. Lisboa: Círculo de Leitores*, 2005. p.50.

⁸⁷ VAIRO, Giulia Rossi – A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha ... p.434.

⁸⁸ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.27.

seu filho Infante D. Afonso, colocando-se o Almirante do lado da causa real, não despertando por isso especial interesse a D. Afonso IV renovar os seus serviços, visto que duvidava da sua lealdade⁸⁹. Renovado o cargo, o genovês vai empreender de novo missões diplomáticas em nome da Coroa Portuguesa, duas delas terão como destino Inglaterra: a primeira deu-se em 1326, acompanhado por Rodrigo Domingues, foi muito bem-recebido e elogiado pelo monarca Eduardo II, a missão tinha como objetivo assegurar o casamento entre a filha de D. Afonso IV e o primogénito de Eduardo II, matrimónio que nunca se veio a realizar. Para a sua segunda missão diplomática em Inglaterra, Manuel Pessanha seguiu acompanhado do seu filho Carlos, recebendo de novo ambos amplos elogios por parte de Eduardo III⁹⁰. Quanto aos seus feitos de armas Micer Manuel Pessanha participou em algumas batalhas⁹¹, das quais destaco uma pela sua importância: a do Cabo de São Vicente, travada a 21 de julho de 1337, o resultado da batalha foi uma derrota portuguesa face aos castelhanos liderados pelo Almirante Alonso Jofre Tenório, acabando prisioneiros Manuel Pessanha e o seu filho Carlos Pessanha. Conduzidos até Sevilha, foram recebidos pelo monarca castelhano com “grande alegria”⁹², foram libertados por volta de 1340, um pouco antes da batalha do Salado. Batalha na qual a armada portuguesa, comandada por Manuel Pessanha e o seu filho Carlos, participou em conjunto com a frota castelhana face à ameaça muçulmana que assombrava o reino vizinho em meados do século XIV. Manuel Pessanha terá falecido por volta do primeiro quartel do ano de 1342, pois já no dia 7 de abril desse mesmo ano surge mencionado como Almirante do reino o seu filho Carlos Pessanha.

No que diz respeito a Carlos Pessanha é escassa a informação acerca do seu desempenho de funções, apenas sabemos que acompanhou o seu pai em várias ações de batalha. O ponto alto da sua carreira terá sido a participação no cerco de Algeciras (1342), onde comandou a frota portuguesa. Segue-se-lhe Bartolomeu Pessanha, sobre o qual não consegui informação relevante para o estudo, o mesmo já não pode ser dito sobre o seu sucessor, Lançarote Pessanha, um dos homens que, sem sombra de dúvida, mais marcou o Almirantado português.

Desde logo é com este homem que a jurisdição do Almirantado conhece a sua expansão máxima, autorizado a colocar os seus oficiais em todos os pontos do país,

⁸⁹ VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l’organisation de la flotte portugaise ... p. 325.

⁹⁰ PESSANHA, José Benedito de Almeida - *Os almirantes Pessanhas e sua descendência...* p. 154.

⁹¹ Veja-se quadro nº1 em Anexos.

⁹² PINA, Rui de - *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão, 1977. p. 405.

usufruí de uma jurisdição que se aplicava em tempos de guerra e de paz a todos os pleitos dos homens do mar, quer cíveis, quer criminais. O período entre 1356 e 1373 terá sido a época de ouro do Almirantado português, excetuando apenas o curto período entre 1362 a 1367, quando Lançarote é acusado de adultério por D. Pedro I e destituído do cargo⁹³, exilando-se em Castela. Após 1373, começa a primeira fase de decadência do cargo, que durará até ao início do reinado de D. João I. Logo nesse mesmo ano Lançarote era destituído do cargo, em virtude do seu mau desempenho durante do cerco de Lisboa, sendo substituído por João Afonso Telo, um homem que teria uma experiência marítima praticamente nula, que chega ao cargo pela necessidade urgente de o preencher e por ser o irmão da rainha, o que com certeza contribuiu para a sua ascensão. Este nobre terá recebido o título de “Dom” aquando da sua entrada em funções como Almirante do reino⁹⁴, como Almirante tem uma carreira pouco brilhante, em grande parte marcada pelo desastre de Saltes em 1381, no qual a marinha portuguesa foi completamente arrasada. Foi preso pelos castelhanos e substituído no cargo pelo regressado Lançarote Pessanha, mas por pouco tempo, pois, este último será morto em 1384, acusado de ser apoiante da causa castelhana durante a crise de sucessão de 1383-1385.

6. Os Almirantes da Dinastia de Avis

Com a subida ao trono de D. João I inicia-se em Portugal uma nova dinastia e também uma nova fase do Almirantado português, como sabemos a situação política no país em 1385 é extremamente conturbada e o Almirantado não escapa a esse fenómeno, afetado pelo episódio de 1384, como acabámos de ver, com o Almirante em funções Lançarote Pessanha é morto em Beja por populares, acusado de ser partidário dos castelhanos. O Almirantado já tinha sido enfraquecido pela passagem pelo cargo de D. João Afonso Telo, irmão de Leonor Teles, e encontrava-se menos poderoso a nível económico depois de perdido o “feu” de Odemira em 1375⁹⁵. É sob estas condições difíceis que chega ao Almirantado, em dois de junho de 1385⁹⁶ Manuel Pessanha II. Na doação feita pelo rei é restituída a vila de Odemira, nos termos em que a havia tido o

⁹³ LOPES, Fernão - *Crónica de D. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007. p. 68.

⁹⁴ FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra ...* (Vol. I). p. 109.

⁹⁵ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p. 409.

⁹⁶ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Supl. Vol. I). p. 304.

seu pai Lançarote Pessanha, não existe grande atividade no Almirantado durante os dois anos em que este homem ocupa o ofício. Manuel Pessanha II terá falecido nos finais de 1386 ou inícios de 1387⁹⁷.

O Almirantado permaneceu vacante até à doação do ofício por D. João I a Carlos Pessanha II, irmão do falecido Manuel Pessanha II, em 15 de dezembro de 1387⁹⁸. Durante este período o Almirantado volta a perder a parte fulcral do seu “feu”, a vila de Odemira, em 1387. Mas vejamos com atenção a carta de doação de ofício outorgada a Carlos Pessanha II, este documento começa por referir que foi o Condestável que argumentou e comprovou, junto de D. João I, que Carlos Pessanha teria legitimidade para receber a mercê de ofício de Almirante. Isto sugere que D. João I não estaria muito disposto a outorgar o cargo a este homem, a mercê é-lhe concedida a título vitalício “mice carlos que o aia em toda sua vida”⁹⁹ e não hereditário, como sempre havia sido feita, esta situação é posteriormente alterada quando, em 1397¹⁰⁰, é decidido, por carta de sentença, que a doação deve ser a título hereditário. Neste período inicial do reinado de D. João finda-se o estatuto de bairro coutado em 1392¹⁰¹, em virtude de uma confirmação régia de um diploma outorgado ainda no reinado de D. Fernando. Tendo em conta todos estes elementos é possível conceber que estamos perante a fase mais negra do Almirantado português desde a sua criação em 1317. Afetado pelos maus desempenhos no teatro de guerra, intrigas de corte, apoios à causa castelhana durante a crise de 1383/85 e sucessões conturbadas, o Almirantado precisava de se reerguer e recuperar a confiança do monarca. Carlos Pessanha II irá ser o homem que dá início a essa recuperação.

O Condestável Nuno Álvares Pereira teve uma influência enorme na ascensão de Carlos Pessanha II, isto demonstra por um lado a fragilidade da manutenção dos Pessanha como a linhagem dominante do Almirantado, mas por outro lado revela o grande aliado Carlos Pessanha II na corte, que era o célebre Condestável. É através desta aliança que Pessanha tenta ganhar a confiança do monarca e prestigiar a sua linhagem, este processo fica completamente definido com o casamento de Carlos

⁹⁷ MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.291.

⁹⁸ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.210.

⁹⁹ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.210.

¹⁰⁰ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.209.

¹⁰¹ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.199.

Pessanha II com uma irmã do Condestável, D. Joana¹⁰². É então através de uma boa estratégia de ligações matrimoniais que o Almirante e o Almirantado recuperam o seu prestígio, estando agora ligados a uma das mais importantes famílias do reino português do século XIV. Nos anos seguintes, a recuperação do Almirantado consolida-se, Carlos Pessanha II mantém-se no cargo até 1433, ano em que se demite em favor do seu genro, D. Pedro de Menezes¹⁰³, 2º conde de Viana e 1º capitão de Ceuta.

D. Pedro de Menezes casou pela terceira vez no primeiro quartel de 1433¹⁰⁴, desta feita com D. Genebra, filha do Almirante Carlos Pessanha II, recebendo a tutela do ofício de Almirante por dote do seu casamento. Não foi possível encontrar uma carta de entrada em funções propriamente dita: o primeiro documento que faz menção a D. Pedro Menezes como Almirante é um privilégio concedido aos pescadores da cidade de Lisboa “A vos conde de viana nosso almirante”¹⁰⁵. Sendo D. Pedro de Menezes o 1º capitão de Ceuta, isso implicaria que ele estivesse praticamente sempre na praça do norte de África, ocupando-se da sua administração e defesa, o que tornaria extremamente difícil, senão impossível o exercício das funções do Almirantado, em Portugal continental. José de Vasconcellos e Menezes apresenta uma teorização interessante acerca do modo de funcionamento do Almirantado nesta época. Após ter analisado a documentação referente a este período, descobre que nenhum documento é dirigido ao Almirante, o grosso dessa documentação é dirigida ao capitão-mor da frota e a outros oficiais ligados ao ofício marítimo, o que o leva a deduzir que “algumas atribuições do ofício do Almirantado seriam desempenhadas por várias autoridades”.¹⁰⁶

Olhemos também para o plano geral das navegações no Portugal de meados do século XV: o grosso da navegação atlântica já estaria nesta época nas mãos do Infante D. Henrique, predomínio que irá manter até à sua morte em 1460. No cargo de capitão-mor da frota teríamos, desde 1423, Álvaro Vaz de Almada, um homem e cavaleiro de grande estatuto, não só dentro do reino, mas também a nível internacional, fazendo parte da ordem da Jarreteira de cavalaria inglesa. São então dois “gigantes” que disputam com o Almirante, pela tutela das navegações militares portuguesas.

¹⁰² MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.294.

¹⁰³ MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.295.

¹⁰⁴ MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.298.

¹⁰⁵ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.283.

¹⁰⁶ MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.296.

A 22 de novembro de 1437, D. Pedro de Menezes morreu, regressando o Almirantado para a tutela do seu genro, Carlos Pessanha II que foi confirmado pela doação de seis de fevereiro de 1439¹⁰⁷. Neste período é notória uma nova decadência do Almirantado, com o seu poder fragmentado, fruto do afastamento do titular do cargo de Portugal continental, logo em 1441, Carlos Pessanha II pede ao monarca para confirmar e guardar os privilégios do Almirante¹⁰⁸ isto é, uma clara tentativa para tentar restabelecer e reafirmar os poderes do Almirante e do Almirantado, que se haviam dispersado durante a tutela anterior.

Carlos Pessanha II é substituído no ofício, em 1444¹⁰⁹, pelo seu neto Lançarote Pessanha II, que seria menor de idade, logo não poderia desempenhar o cargo, é aqui que entra em funcionamento o sistema de “regência”, que estava consagrado no documento de 1319¹¹⁰. Foi o seu pai, Rui de Melo¹¹¹ que desempenhou efetivamente o cargo, este fidalgo empreendeu um esforço com o objetivo de revitalizar o Almirantado, de modo a fazê-lo regressar ao estatuto de inícios do século XIV. De imediato, desde 1444 regista-se um aumento exponencial de documentação relativa ao Almirante, Rui de Melo vai assim levando avante sua “luta pela conquista das prerrogativas do Almirantado”¹¹², obtendo confirmações de privilégios, ganhando sentenças sobre disputas de jurisdição, entre muito mais. Estávamos a acercar-nos de um dos momentos mais marcantes da história portuguesa do século XV, a batalha de Alfarrobeira (1449) na qual o Almirante toma o lado da causa real e combate contra as forças do Infante D. Pedro. Devidos aos serviços prestados à coroa na batalha, Rui de Melo integra a lista de nobres contemplados com amplos privilégios e mercês¹¹³, no rescaldo da Batalha de Alfarrobeira. Era o culminar da sua política de promoção do Almirantado.

Em 1453 falece Lançarote Pessanha II, antes de atingir a maioridade, assumindo assim integralmente a tutela do cargo Rui de Melo por carta de mercê datada de 27 de

¹⁰⁷ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.395.

¹⁰⁸ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.409.

¹⁰⁹ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.440.

¹¹⁰ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.36.

¹¹¹ Uma biografia completa deste fidalgo está disponível em: MORENO, Humberto Baquero – A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico. sep. da *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973, Série B, Vol. IV, p.1-1199. p.863.

¹¹² MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.305.

¹¹³ As doações feitas a Rui de Melo no período pós Alfarrobeira estão descritas em: MORENO, Humberto Baquero - *A Batalha de Alfarrobeira...* p.864.

julho de 1453¹¹⁴. Desempenha de uma forma muito ativa as suas funções, preocupando-se sempre com o fortalecimento e a afirmação do Almirantado, face aos restantes poderes e oficiais do reino. É nesta época que o Almirantado sofre uma das maiores transformações na sua organização, Rui de Melo seria fronteiro-mor do Algarve desde 1450¹¹⁵, o que implicava a sua residência e presença frequente na zona sul do reino de Portugal, deixando desguarnecidos os restantes locais do país, da intervenção direta do Almirante. Por esta razão, D. Afonso V decide dividir a jurisdição do Almirantado em três secções: uma a norte estendendo-se do Minho até ao Mondego, uma outra no centro com sede em Lisboa, que cobriria a zona desde o Mondego até à fronteira com o Algarve, ficando a zona sul sob a jurisdição direta do Almirante. O rei pede a Rui de Melo para nomear dois homens, nos quais irá delegar uma parte do seu poder, sendo eles os seus subordinados.

O nome de Pero Rodrigues de Castro, cavaleiro da Casa Real e morador da cidade de Lisboa, é o proposto pelo Almirante ao Rei, para ocupar o cargo na zona entre o Mondego e o Algarve, sendo confirmado a 19 de setembro de 1450¹¹⁶. Um ano mais tarde o Rei sente a necessidade de colocar mais um representante, desta feita na zona norte do país, para ocupar este posto, Rui de Melo propõe Fernão Álvares Vieira, cavaleiro da casa do Duque de Bragança, homem que lutou em Alfarrobeira sob o estandarte da casa real¹¹⁷. Foi investido no cargo por carta de confirmação no mesmo dia em que o seu nome foi proposto, 13 de novembro de 1451¹¹⁸. O que aqui se desenha é a organização dos departamentos marítimos, segundo a divisão que se mantém até aos nossos dias (Norte, Centro e Sul). É difícil fazer uma avaliação do poder efetivo destes homens, porque não existe informação acerca deles na bibliografia nem na documentação consultada, aliás o único documento que encontrei que lhes faz menção está datado de 11 de janeiro de 1497¹¹⁹ e menciona brevemente um “sota almirante”¹²⁰, não esclarecendo nem o seu nome, nem as suas atribuições. Não me foi possível, por estas razões, fazer qualquer tipo de avaliação do efetivo poder destes dois homens.

¹¹⁴ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.502.

¹¹⁵ MORENO, Humberto Baquero - *A Batalha de Alfarrobeira...* p.864.

¹¹⁶ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.481.

¹¹⁷ MORENO, Humberto Baquero - *A Batalha de Alfarrobeira...* p.546.

¹¹⁸ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. I). p.487.

¹¹⁹ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. III). p.475.

¹²⁰ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. III). p.476.

Rui de Melo conseguiu devolver o Almirantado a uma posição elevada em termos de prestígio e de poder dentro do reino português, feito atingido através de uma estratégia bem delineada, exercida junto do monarca no sentido de obter confirmações dos poderes, privilégios e bens associados ao cargo, com a qual se conjuga a situação favorável à afirmação do poder nobiliárquico, que se verificou imediatamente após Alfarrobeira. Em 17 de outubro de 1463, Rui de Melo lavrou o seu testamento¹²¹ no qual nomeia a sua esposa, D. Brites Pereira¹²², como a sua principal herdeira, neste documento estão contidos vários elementos cruciais ao estudo do património do Almirantado português, mas devido às limitações impostas ao presente estudo não foi, de todo, possível incluir estes elementos na presente análise. Rui de Melo virá a falecer em Portimão, a 25 de fevereiro de 1467, supostamente vítima de um disparo que o atingiu, enquanto tentava acalmar uma rixa entre franceses e ingleses¹²³, por vontade testamentária foi sepultado na capela-mor da Igreja do Convento da Trindade de Lisboa, esta decisão deve-se à especial devoção mantida pela família Pessanha por esta ordem religiosa¹²⁴.

Sucedeu-lhe no cargo Nuno Vaz de Castelo Branco¹²⁵, mais um dos casos em que não é possível encontrar uma carta de entrada em funções propriamente dita. A única notícia que nos permite afirmar a sua chegada ao cargo, encontra-se na *Crónica de D. Afonso V*, de Duarte Nunes de Leão, explica o cronista que Nuno Vaz Castelo Branco recebeu o Almirantado, em abril de 1467, após uma cerimónia realizada na Sé de Évora¹²⁶. Estamos perante um exercício do Almirantado sobre o qual não existe praticamente nenhuma documentação relevante para este estudo. A sucessão deste homem não é um assunto encerrado da historiografia, alguns autores consideram que ele manteve o seu cargo até à sua morte em 1481, enquanto outros afirmam que foi substituído pelo filho Lopo Vaz de Castelo Branco em 1475. Segundo a pesquisa realizada no âmbito deste estudo, os dados demonstraram que a primeira opção, sustentada por Anselmo Braamcamp Freire, é a mais correta. Estas dúvidas quanto ao detentor do cargo no último quartel do século XV, surgem da interpretação de um

¹²¹ Publicado em: ALBERTO, Edite Martins – *A Quinta da Trindade. História da Ordem...* p.311-314.

¹²² D. Brites Pereira irá intitular-se de *Almiranta* no seu testamento lavrado a 21 de março de 1480, o documento encontra-se publicado em: ALBERTO, Edite Martins – *A Quinta da Trindade. História da Ordem...* p.353-361.

¹²³ MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.316.

¹²⁴ ALBERTO, Edite Martins – *A Quinta da Trindade. História da Ordem...* p.76.

¹²⁵ Segundo Almeida Pessanha este homem seria cavaleiro do conselho real e vedor da fazenda.

¹²⁶ LEÃO, Duarte Nunes de – *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello & Irmão, 1975. p.894.

documento datado de a 25 de setembro de 1475¹²⁷, que se trata de uma doação régia endereçada a Lopo Vaz de Castelo Branco, filho do Almirante Nuno Vaz de Castelo Branco, na qual são garantidos ao seu filho todos os seus ofícios, os quais já possuía, bem como aqueles que herdaria depois da morte de seu pai, que seriam o Almirantado e a Montaria-mor do reino¹²⁸.

O que se verifica então neste documento não é uma doação em vida do Almirantado por Nuno Vaz de Castelo Branco ao seu filho Lopo Vaz de Castelo Branco, mas sim uma confirmação dos ofícios detidos pelo seu pai, a um filho de Lopo Vaz de Castelo Branco. Este último, pelo que conseguimos apurar, detinha em 1475 os títulos de cavaleiro do conselho real, monteiro-mor do reino. Pese embora Lopo Vaz de Castelo Branco estivesse na linha de sucessão para ocupar o cargo de Almirante do reino, tal não veio a acontecer pois este faleceu em 1478, antes do seu pai que se manteve como Almirante até à sua morte em 1481¹²⁹.

A morte de Lopo Vaz de Castelo Branco é explicada pelo contexto político da época, lembramos que neste período por volta do ano de 1475, D. Afonso V reanima as esperanças de união das coroas portuguesa e castelhana, dando início um confronto político e militar que se irá manter até 1479. Durante este conflito Lopo Vaz de Castelo Branco, de sua alcunha o “Torrão”¹³⁰, entregou o castelo de Moura aos castelhanos¹³¹. O castelo foi depois novamente recuperado por forças portuguesas e D. Afonso V emitiu um perdão, no qual lhe foram restituídas todas as suas possessões, mas o príncipe D. João não aceitou o gesto piedoso do seu pai e mandou assassinar Lopo Vaz de Castelo Branco¹³², que assim perdeu a sua vida em 1478.

Como já referimos, o cargo irá manter-se nas mãos de Nuno Vaz de Castelo Branco até à sua morte em 1481, não existindo qualquer descendente elegível para assumir o cargo. Assim sendo o cargo permanecerá vacante durante cerca de dois anos até 1483, este é um período difícil para o Almirantado pois irão diluir-se os poderes e a jurisdição do cargo, à medida que a coroa se tenta apoderar de uma forma mais direta de todos os assuntos ligados à navegação, especialmente após 1475, quando o príncipe D. João recebeu do rei a tutela direta sobre as navegações e comércio atlântico. Isto a

¹²⁷ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. III). p.163.

¹²⁸ FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra ...* (Vol. I). p.196.

¹²⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra ...* (Vol. I). p.196.

¹³⁰ MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.321.

¹³¹ PINA, Rui de - *Crónicas de Rui de Pina...* p.865.

¹³² LEÃO, Duarte Nunes de - *Crónicas dos Reis de Portugal...* p.992.

somar ao clima de desconfiança que pairava sobre o ofício do Almirante, após, mais uma vez, ter tomado o partido do rei de Castela, pese embora neste caso essa adesão ao partido castelhano não ter sido feita pelo detentor do cargo, mas sim por um familiar próximo, que por sinal era o próximo elemento na linha de sucessão do cargo.

O impasse é finalmente resolvido em 1483¹³³, por carta de mercê que concedeu a Pero de Albuquerque, cavaleiro do conselho real, o ofício de Almirante, esta carta é um documento muito extenso que explica de uma forma pormenorizada quais os poderes, privilégios e jurisdição do Almirante. Esta opção explica-se pelo interregno que se verificou no cargo, pois o poder havia-se fragmentado, com outros órgãos e oficiais a apoderarem-se de privilégios e poderes que cabiam ao Almirantado, uma vez que a instituição via o seu desempenho habitual de funções afetado pela falta de um líder. Estabeleciam-se agora os novos moldes do poder do Almirantado: continuaria com o direito a todas as suas tenças, direitos, foros e privilégios; a sua jurisdição seria aplicável desde que se armasse a frota até ao dia do respetivo desarmamento da mesma; ficava dispensado de obrigação de manter em Portugal os 20 homens genoveses sabedores do mar e é lhe ainda retirada toda a autoridade sobre os homens do mar dos portos de Lisboa e Porto.¹³⁴ Como sintetiza muito bem José de Vasconcellos Menezes, “Tudo se resume a algum dinheiro, mas fracos poderes”¹³⁵. Algo que se alterou logo a 20 de abril de 1484, quando D. João II concedeu a Pero de Albuquerque a jurisdição do Almirantado, como a havia tido Micer Manuel Pessanha: “A Pero Dalbuquerque, almirante destes Regnos, doaçam de toda a jurdiçam que tinha e avia miçe Manuell, o primeiro allmirante que foy”¹³⁶.

Durante a época de vacância é ainda de destacar que surgem dois homens que se afirmam como sucessores legítimos para ocupar o cargo de Almirante, esses dois homens eram Manuel Pessanha e Rui de Abreu¹³⁷. Ambos fazem uma petição ao rei, a justificar a sua pretensão e legitimidade para assumir o cargo, o caso acaba em tribunal, onde por mediação régia fica acordado, em 1484, que dos dois desistiam das suas pretensões de assumir o cargo, recebendo em troca as seguintes compensações: Manuel Pessanha os direitos da mouraria de Elvas e o senhorio de Vila Boim, com todos os seus

¹³³ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. III). p.270.

¹³⁴ MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.341.

¹³⁵ MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.341.

¹³⁶ MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado...* p.342.

¹³⁷ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. III). p.275.

termos e jurisdição, alcaidaria, padroados de igrejas e todas as rendas e direitos, como os havia o Duque de Bragança; e Rui de Abreu receberia os direitos da judiaria de Elvas¹³⁸. De notar que as doações feitas a ambos os homens eram apenas de caráter vitalício: “Ihe damos a ambos em dias de sua vida como dicto he”¹³⁹.

Pero de Albuquerque manteve-se em funções durante apenas um ano, em 1484 foi preso em Lisboa e mais tarde degolado em praça pública, em Montemor-o-Novo. Após conhecer o destino do seu marido, D. Catarina refugiou-se no castelo do Sabugal, obrigando as forças do monarca a pôr cerco ao castelo, mas D. João II consegue obter uma rendição sem ter de recorrer às armas. Esta execução faz parte de uma campanha de sentenças lançadas por ordem de D. João II, que tinham como principal fim punir os apoiantes da causa do Duque de Bragança¹⁴⁰.

Lopo Vaz de Azevedo, o último Almirante analisado, recebe a 29 de março de 1485¹⁴¹ a carta de mercê que o coloca em funções. Não forma encontradas nenhuma informação relevante quanto ao seu desempenho de funções, o que é natural tendo em conta que chega a um Almirantado completamente desprestigiado, fragmentado e abalado por crises de lealdade e de sucessão.

7. O Almirante e Ceuta

A conquista de Ceuta em 1415 é a primeira manobra militar de grande envergadura, no plano marítimo desde as guerras fernandinas de finais do século XIV. Após a crise de 1383-85, os grandes embates militares portugueses tinham tido lugar em terra, como Atoleiros (1384) e Aljubarrota (1385), mas é importante reter que o combate em Ceuta se deu em terra, nas praias, e depois dentro da cidade, a componente naval mantinha o seu papel de apoio, servindo para o transporte das tropas, armas e mantimentos.

Com um papel tão crucial a desempenhar pelos meios marítimos seria de esperar uma grande atividade por parte do Almirante, mas o que na realidade acontece é o

¹³⁸ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. III). p.276.

¹³⁹ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. III). p.276.

¹⁴⁰ FONSECA, Luís Adão da - *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. p.78.

¹⁴¹ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Vol. III). p.292.

oposto. Nas fontes o Almirante quase nunca surge mencionado, aliás na principal fonte sobre a tomada de Ceuta, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes Zurara, existe mesmo um erro do cronista, que identifica o Almirante à época em funções como sendo Lançarote Pessanha. Tal seria impossível porque outras fontes documentais como por exemplo a Chancelaria e Cartas régias, indicam que o Almirante em funções seria Carlos Pessanha II. Podemos ainda acrescentar mais alguns argumentos que provam que seria impossível ser Lançarote Pessanha quem ocupava o cargo de Almirante em 1415.

Lançarote Pessanha I faleceu em 1384 em Beja, durante a crise de sucessão, suspeitando-se que o Almirante se iria declarar a favor da causa de D. Beatriz, o povo da cidade de Beja deteve-o e receando alguma represália após o aprisionamento deste importante nobre, resolvem matá-lo. Lançarote Pessanha II entraria em funções apenas em 13 de agosto de 1444 e era à época menor de idade, funcionado assim o Almirantado através de um sistema de “regência” com Rui de Melo, pai de Lançarote, como Almirante efetivo até o seu filho atingir a maioridade, como vimos atrás. Por isso era impossível Lançarote Pessanha ser o Almirante à altura dos acontecimentos de 1415. O engano do cronista é compreensível, dada a diferença temporal entre o momento em que ocorreram os eventos e a época em que escreve sobre eles. Temos ainda a possibilidade de erro no relato feito pelo Infante D. Henrique ao cronista ou um lapso na leitura de documentos, a lista é infinda. Uma outra possibilidade a colocar é a de que esta é uma omissão de Zurara, aquando da composição desta crónica, negligenciando quase completamente a ação do Almirante, que assim se torna em mais uma das “vítimas” do cronista, na narração deste episódio, que viram o seu papel resumido a uma mera menção. Isto porque Gomes Eanes Zurara tinha como objetivo final engrandecer a atuação de D. João I e dos seus três filhos, que são na verdade os protagonistas desta obra, mas isto tudo em nada reduz a importância da obra de Zurara, que até aos nossos dias continua a ser a fonte documental mais importante para o relato do início da empresa guerreira portuguesa no Norte de África.

Feito este apontamento sobre a crónica vejamos o papel desempenhado pelo Almirante nesta expedição, refira-se em primeiro lugar a preparação do plano estratégico, a missão de espionagem levada a cabo pelo Prior da Ordem do Hospital e Afonso Furtado, capitão-mor da frota que os levou até à Sicília a fim de encetar negociações com a rainha viúva. Pelo caminho fizeram uma escala em Ceuta para efetuar um reconhecimento discreto da cidade, do seu aparelho de defesa, locais de

desembarque, etc... A questão que colocamos é, porque razão não seguiu o Almirante nesta viagem? Sendo ele o comandante máximo da marinha de guerra portuguesa, decerto poderia dar uma opinião valiosa em questões de manobras navais e identificação de possíveis locais de desembarque.

Este episódio demonstra claramente que o Almirante já tinha começado a perder influência na tomada de todas as decisões estratégicas relativas à guerra naval. Em grande parte, devido à desconfiança vivida face à lealdade da família Pessanha à causa do mestre de Avis, provocada pelo episódio de 1384, em Beja, sentimento esse que se nota ainda no documento que determina a entrada em funções de Carlos Pessanha, sendo-lhe outorgado o Almirantado apenas a título vitalício e não hereditário.

O Almirante é apenas mencionado aquando da ordem de preparação das armadas, sendo encarregado de aprontar todos os homens do mar necessários para o esforço logístico necessário para a armação da frota. É de novo referido já na altura em que frota zarpa de Lisboa, ele e o seu filho seguem no comando de duas galés. Não temos mais nenhuma informação que nos permita descrever o seu papel nas manobras militares que se seguiram, fica apenas a notícia de que um irmão do Almirante, um tal “Miçe Itam”, fica encarregado do comando de uma frota, com a missão de defender o estreito de Gibraltar¹⁴², após a tomada da cidade de Ceuta. O papel do Almirante na tomada de Ceuta em 1415 parece ter sido muito reduzido, isto pode dever-se a várias razões, como já atrás referi: a desconfiança do monarca perante a lealdade dos Pessanha poderá ter sido um fator decisivo na atribuição do seu papel na armada; um outro fator poderá ser a própria organização da frota, que se encontrava dividida entre D. João I, que teria o comando das galés e o infante D. Pedro, que teria o controlo das naus da armada. Mas o principal fator foi o significado que toda esta empresa tinha para a realeza: era a legitimação de uma dinastia, por isso o protocolo ditava que o controlo máximo da armada fosse exercido de forma direta pela família real.

8. Bens económicos do Almirantado¹⁴³

Como já referimos o Almirantado conhece a sua criação no reinado de D. Dinis, mais concretamente em 1317, nesta primeira fase da sua implementação o património

¹⁴² ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916. p.264.

¹⁴³ Veja-se o quadro n.º 3 nos Anexos, para acompanhar a leitura deste ponto.

adjacente ao Almirantado ganha um significado que vai para além da expressão económica e financeira. Este primeiro “feu” outorgado por D. Dinis a Micer Manuel Pessanha é a base da legitimação do contrato de vassalagem entre o genovês e o rei português, garantindo a obrigação do primeiro de serviço e lealdade à coroa portuguesa. Esta primeira doação consistia numa tença anual de 3 mil libras, a serem pagas através das rendas dos reguengos de Frielas, Unhos, Sacavém e Camarate e ainda a doação do lugar da Pedreira na cidade de Lisboa, espaço que mais tarde virá a ser conhecido como o “bairro do Almirante”. O espaço doado ao Almirante era contíguo aos terrenos possuídos pelo convento da Ordem da Santíssima Trindade, construído em 1294, esta convivência deu aso a algumas queixas apeladas ao monarca, o qual resolveu a contenda ao ordenar demarcar o terreno numa carta endereçada ao alcaide de Lisboa, a 25 de setembro de 1320¹⁴⁴. O pagamento das rendas seria feito em três prestações, sempre no primeiro dia dos meses de janeiro, maio e setembro. A doação tinha um caráter hereditário, durando até se encontrar disponível alguma “vila, lugar povoado ou herdade”, cujo valor fosse igual a três mil libras ao ano. O Almirante receberia ainda um quinto de todos os saques e presas tomados por mar, e por cada mouro capturado receberia 100 libras do monarca, que em seguida tomava esses prisioneiros mouriscos sob sua custódia. Às suas custas o Almirante teria de manter de forma permanente, ao serviço do Rei, 20 genoveses sabedores do mar, o rei assumiria o pagamento dos soldos destes homens quando os convocava para o seu serviço e ainda concedia o privilégio ao Almirante de poder utilizar estes homens, em tempos de paz para fazerem comércio na Flandres, Génova ou outras partes. Desde logo se levanta uma questão, nunca saberemos a quantia exata do valor dos bens do Almirantado, porque não existe documentação que nos permita, de alguma forma, quantificar os valores arrecadados através comércio realizado por si e pelos seus homens.

A seguinte grande alteração na riqueza do Almirantado dá-se em 1319 é neste ano que, finalmente, o método provisório de pagamento da tença anual é substituído por um “feu” concreto, com a doação da vila e do castelo de Odemira e ainda do reguengo de Algés. Este método, que assentava na arrecadação das rendas dos reguengos acima mencionados, causou alguns problemas entre o Almojarife de Lisboa e o Almirante, suscitando a intervenção do Rei, que determinou então que, quando fosse necessário, se poderia recorrer às rendas da cidade de Lisboa para perfazer o valor anual de três mil

¹⁴⁴ ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel – Porquê os Pessagno? Novos dados ... p.11.

libras. Em 1322, devido aos bons serviços prestados ao Rei, o Almirante recebe um acréscimo anual no valor de mil libras, mas é também referido neste documento que, previamente, já havia sido feito um aumento da tença anual do Almirante, no valor de duas mil libras, a serem pagas em dinheiro e panos. Segundo Giulia Rossi Vairo, a principal causa para a outorga destas doações a Manuel Pessanha fica-se a dever à lealdade por ele demonstrada ao rei D. Dinis aquando do período de lutas internas (1319-1324), entre o monarca e o seu sucessor e futuro rei D. Afonso IV¹⁴⁵. Verificamos então que o valor da tença anual do Almirante rondaria, por esta altura, as seis mil libras anuais.

Em 1357, surge a menção a uma renda da vila de Lagos que deveria ser paga ao Almirante, não conseguimos, no entanto, obter mais informações, ficando por definir o valor desta renda e quando é que esta foi doada ao Almirante. Já em 1361 o Almirantado recebe uma importantíssima doação, outorgada por D. Pedro I, que se constituirá como uma das suas maiores fontes de rendimento, a taxa de ancoragem doada a 11 de março de 1361. Todos os barcos que lançassem âncora num porto português deveriam pagar ao Almirante uma taxa, cujo valor poderia variar da seguinte forma: um navio entre os 50 e os 100 tonéis deveria pagar uma dobra de ouro, enquanto que um navio cujo peso estivesse entre os 30 e os 50 tonéis deveria pagar meia dobra de ouro. Esta taxa era paga apenas uma vez por ano. A 11 de janeiro de 1370, é doada a Lançarote Pessanha uma casa no bairro da Pedreira (bairro do Almirante). No ano seguinte, 1371, é outorgado a Lançarote Pessanha, um quarto de uma azenha no sítio da Atalaia em Faro, mas, pese embora, o Almirante fosse dono de apenas um quarto do engenho, ele devia receber a totalidade dos rendimentos que esta estrutura produzisse. O que também se verifica com esta doação é um alargamento, da localização geográfica das doações, que até então se tinham mantido perto da zona de Lisboa, o Almirantado começa assim a arrecadar possessões no sul do país, mais concretamente no Algarve.

Em 1373, Lançarote Pessanha é afastado do cargo de Almirante, fruto da sua atuação aquando do episódio do cerco de Lisboa pelo exército castelhano. Entra em funções em 1375 D. João Afonso Telo, irmão da rainha D. Leonor Teles e nesse mesmo ano o Almirantado perde uma das suas mais importantes posses, a vila de Odemira. A apreensão é feita ainda enquanto Lançarote era o Almirante, e a decisão seria fruto de uma punição aplicada devido à má atuação do Almirante, durante as guerras contra os

¹⁴⁵ VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l'organisation de la flotte portugaise ... p.325.

castelhanos: “lançarote peçanha que foe nosso almirante a qual lhe tiramos e mandamos receber pera a coroa do nosso regno por deserviços que nos fez”.¹⁴⁶ A posse da vila de Odemira passou para D. Álvaro Pires de Castro.

Verifica-se algo de muito interessante nos anos de 1376 e 1377, o Almirantado é quase inundado de doações de terras mais pequenas e dispersas pelo território português, estas doações são outorgadas “para servir o Rei com certas lanças”. Fazem parte da estratégia de reformas militares levadas a cabo por D. Fernando, o monarca faz uma série de doações a vários nobres do reino, de forma a assegurar um número fixo de homens de armas, que estes senhores deveriam disponibilizar sempre que fossem chamados a prestar serviço ao rei. Como explica Rita Costa Gomes, “por cada montante que o rei doava, correspondia assim um certo contingente armado a fornecer pelo nobre.”¹⁴⁷ Em 1379, D. Fernando faz mais uma importante concessão ao Almirante, outorgando-lhe todos os direitos e rendas da alcaidaria da cidade de Lisboa, enquanto fosse mercê do Rei, esta é uma doação feita a título provisório, outorgada numa época de necessidade, visto que nos aproximávamos da terceira e última guerra fernandina (1381-1382).

Teremos de esperar até ao final da crise de sucessão para surgir uma nova doação ao Almirante, D. João I decide fazer de novo doação, em 1385, da vila de Odemira, tal como a houvera Lançarote Pessanha pai do novo Almirante, Micer Manuel Pessanha II. Passados dez anos, voltava para a esfera do Almirantado o seu “feu” original, isto pode ser interpretado como uma renovação da confiança da Coroa no Almirantado, ou então como fazendo parte da política de doações feitas à nobreza por parte de D. João I, como recompensa pelo apoio à sua causa durante o conflito da sucessão. Em 1388, o Rei faz outra doação, desta feita de umas casas no bairro da Pedreira, ou seja, no “bairro do Almirante” em Lisboa. A totalidade do património original do Almirante na cidade de Lisboa regressa assim à sua tutela, em virtude da doação feita a 8 de julho de 1393, na qual é lhe doado o Paço do Almirante e ainda o bairro da Pedreira.

Entramos no século XV, e aqui é mais complicado conseguir definir quais as receitas, tenças e privilégios detidos pelo Almirante, pois é nesta época que a família Pessanha começa, através de laços matrimoniais, a penetrar na corte régia, levando a

¹⁴⁶ MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses...* (Supl. Vol. I). p. 410.

¹⁴⁷ GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. p. 115.

uma espécie de fusão entre os bens detidos pelo Almirante e as posses que este já teria sob a sua tutela como bens herdados da sua família. A isso temos de somar os bens ou privilégios que poderia vir a receber em virtude de outro cargo ou estatuto que pudesse deter. Não é estranho verificar que, a partir deste momento, os Almirantes detenham mais cargos além do de comandante naval, temos casos em que são condes, outros são cavaleiros do conselho real, outros ainda coudéis-mor. Esta acumulação de cargos e títulos torna esta análise mais difícil.

Em 1450 é dado um rude golpe nas finanças do Almirantado, quando o rei se recusa a pagar a tença anual de valor de 300 mil libras, que havia sido reivindicada pelo Almirante Rui de Melo. O rei justifica esta recusa com os seguintes argumentos: em primeiro lugar, a tença não deveria ser mais paga, pois já não era requerido ao Almirante que mantivesse à sua custa os vinte genoveses “sabedores do mar”, exigidos pelo contrato de D. Dinis; em segundo lugar, D. Afonso V informa que já em tempo do seu avô, D. João I, a tença não era paga ao Almirante.

A última menção ao património do Almirantado que foi possível encontrar é a doação do cargo em 1475. Esta doação é um pouco complexa, uma vez que nela são doados vários cargos e mercês, promovendo assim uma fusão entre os privilégios, mercês e bens do Almirantado, e os detidos pela família dos Castelo Branco, que ocupava o cargo de Almirante desde 1467. Nesta doação feita ao filho mais velho de Lopo Vaz de Castelo Branco são concedidos: o Almirantado, com todas as suas rendas e tenças, a montaria-mor do reino com todos os seus direitos, jurisdições e tença e por fim, o castelo de Moura com todos os seus direitos e rendas. Nos anos seguintes até ao final do século XV, não obtivemos dados de quaisquer doações ou alterações dignas de nota quanto ao património do cargo.

O património e riqueza detidos pelo Almirantado são fundamentais para assegurar o funcionamento da instituição, como por exemplo: para garantir a manutenção dos barcos, dos homens de armas, dos oficiais, dos galeotes e todos os outros custos associados a uma frota de guerra. A doação de património assume um cariz mais importante nos primeiros anos de afirmação do Almirantado, nomeadamente nas doações de 1317 e 1319, não sendo apenas meras doações materiais, visam assegurar o pagamento e a compensação do serviço do Almirante-mor, garantindo também a vassalidade e lealdade do Almirante perante o monarca e o reino. Ao longo do século XIV, vão aumentando as possessões detidas pelo Almirante, que vai

acumulando uma enorme riqueza e património, chegando a ser um dos grandes senhores do reino, mas após o reinado de D. Fernando, o declínio económico do Almirantado torna-se por demais evidente.

À entrada no século XV, este vê-se reduzido às suas posses na cidade de Lisboa (Bairro do Almirante e os Paços do Almirante) e ainda à taxa de ancoragem, privilégio que se irá manter. Entre as propriedades perdidas destacamos o seu “feu” original de Odemira e ainda o reguengo de Algés. Os inícios do século XV introduzem ainda uma outra alteração, relativamente aos bens possuídos pelo Almirantado, é a partir desta época que se torna comum o Almirante acumular este cargo com outros, que leva a que o património do Almirantado tenha tendência para se fundir com aquele que é detido pela pessoa do Almirante, isto é, com a sua herança familiar e ainda com tenças ou outros rendimentos que advenham de outro cargo ou título detidos por este homem, o que torna a quantificação destas mesmas posses e rendimentos muito difícil, exigindo um estudo aprofundado sobre cada família que ascende ao cargo.

Conclusão

O Almirantado português é muito mais do que apenas o órgão máximo da hierarquia militar da marinha portuguesa, criado no reinado de D. Dinis representou a vontade de consolidação da defesa da fronteira marítima e o início da inversão de forças entre os portugueses e muçulmanos no plano oceânico. Funcionou ainda como uma ferramenta crucial nas relações internacionais e diplomáticas do reino de Portugal, com o Almirante a desempenhar funções em inúmeras embaixadas enviadas às cortes de outros reinos europeus ou à cúria papal. Habilidade negocial e diplomática que foi conseguida através da contratação de um genovês, que consigo trouxe ainda mais benefícios, tais como um avanço nas técnicas de navegação, a consolidação de um corpo de oficiais conhecedores de navegação e experientes em combate marítimo.

Temos ainda de incluir um claro avanço nas técnicas, manobras e táticas militares que foram introduzidas em Portugal por estes 20 genoveses, que por certo alteraram as formas de condução de batalhas navais. A vertente de chefe militar conheceu o seu expoente máximo com os primeiros ocupantes do cargo, atuação essa

que chega a ser prezada pelo Papa Bento XII numa carta datada de 30 de abril de 1341, enviada a D. Afonso IV.¹⁴⁸ Após as guerras Fernandinas nota-se um claro decréscimo nas intervenções militares levadas a cabo pelo Almirante.

O Almirante foi também detentor de um visível poder feudal, dono de significativas possessões territoriais, concentradas numa primeira fase sobretudo em redor de Lisboa, e já no século XV, fruto de algumas alterações, no Algarve que passa a ser a zona central do senhorio do Almirante. À riqueza territorial temos ainda de acrescentar os valores que poderia ganhar com o comércio que lhe era permitido em tempo de paz e por fim, já numa época mais tardia temos de levar em conta as tenças que receberia por parte da Coroa.

O Almirantado estendeu ainda mais a sua influência através da jurisdição e da aplicação da justiça, a acrescentar ao estatuto de autoridade máxima, quando em frota ou armada, o comandante supremo da marinha de guerra medieval portuguesa forma a sua própria rede de oficiais, que compreendia ouvidores, alcaides, meirinhos e escrivães, entre outros, que tinham como função tratar e julgar os crimes de todos os homens do mar. Com o passar do tempo este poder jurisdicional evoluiu, passando a jurisdição a estender-se às épocas de paz e com alçada sobre todos os feitos dos homens do mar, cíveis ou criminais.¹⁴⁹ Assim sendo, por finais do século XIV o Almirante era uma das grandes entidades máximas na aplicação de justiça do reino, podendo as suas decisões apenas ser apeladas ao rei.

Durante a elaboração deste trabalho surgiram algumas questões às quais não foi possível responder, quer por falta de tempo, quer por falta de espaço. Entre elas destacamos as relações entre o Almirante e o Capitão-mor da frota, e ainda um outro tópico que merece mais atenção seria a evolução da jurisdição e aplicação da justiça por parte do Almirantado.

Em suma, a decadência desta instituição fica-se a dever a vários fatores, os quais fomos expondo ao longo do trabalho. Desde logo, o panorama das navegações havia-se alterado, as ambições marítimas eram outras, já não prevalecia a guerra contra o mouro nas costas portuguesas ou no Mediterrâneo, afirmava-se a aventura no Atlântico. A

¹⁴⁸ VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l'organisation de la flotte portugaise ... p.331.

¹⁴⁹ CHAVES, Álvaro Lopes de - *Livro de Apontamentos (1483-1489). Códice da coleção pombalina da B.N.L.*, introdução e transcrição por Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. p.150.

logística e a administração tinham de se adaptar às novas condicionantes do “terreno”, por essa mesma razão adota-se o sistema de capitánias.

A posição da Coroa perante as navegações também se tinha alterado, vistas como uma enorme fonte de riqueza, a monarquia desejava ter um controlo direto e incontestado sobre elas. Posição essa que se veio a afirmar cada vez mais desde que, em 1475, D. Afonso V delegou no seu filho, o príncipe herdeiro D. João, a direção das políticas marítimas. Essa mesma tendência de centralização irá continuar a acentuar à medida que avançamos para a Idade Moderna, quando a Coroa cria à sua volta um complexo sistema burocrático e sigiloso de licenças e permissões que se aplicaram a todas as profissões ligadas à atividade marítima e da navegação.

Um outro fator que devemos levar em conta é a crescente política de centralização régia, que arranca com grande vigor durante o reinado de D. João II, a política de controlo nobiliárquico de finais do século XV nunca deixaria reerguer um potentado económico, político e judicial como o Almirantado do século XIV. Mas serão sobretudo os escândalos políticos, como as traições e deserções, as questões de sucessão no cargo, provocadas pela sua hereditariedade, e ainda os maus desempenhos a nível militar, os principais contribuintes para o declínio que o Almirantado português conhece em finais do século XV.

Fontes impressas:

BELGRANO, Luigi Tommaso – *Documenti e Genealogia dei Pessagno Genovesi: Ammiragli del Portogallo*. Genova: Società Ligure St. Patria, 1881.

CHAVES, Álvaro Lopes de - *Livro de Apontamentos (1483-1489). Códice da coleção pombalina da B.N.L.*, introdução e transcrição por Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

Crónica de Portugal de 1419, ed. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. ISBN:972-8021-58-5.

FR. Jerónimo de S. José – *História Chronologica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade, Redempção de Cativos da Provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Vol. I e II, 1789.

MARQUES, João da Silva - *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. Lisboa: INIC, Vol. I, Suplemento ao Vol. I e Vol. III, 1988.

LEÃO, Duarte Nunes de – *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello & Irmão, 1975.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004; ISBN: 972-27-1252-7.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I*. Barcelos: Livraria Civilização, Vol. I e II, 1990, ISBN:972-26-0265-9.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2007. ISBN: 978-972-27-1253-8.

Ordenações Afonsinas - Livro I, nota de apresentação de Mário Júlio Almeida Costa. edição fac-similada, Real Imprensa da Universidade, 1792. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PINA, Rui de - *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão, 1977.

ZURARA, Gomes Eannes – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa; 1916.

Bibliografia:

Estudos:

AIRALDI, Gabriela - Due fratelli genovesi: Manuele e Antonio Pessagno. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História (org.) Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2006, p.139-146. ISBN:972-8932-07-3.

AIRALDI, Gabriella – Genovesi e Portoghesi verso un mondo globale. In *Ibéria Quatrocentos Quinhentos. Duas décadas de cátedra (1984-2006) Homenagem a Luís Adão da Fonseca*. HOMEM, Armando Luís de Carvalho; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de; COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto (coord.). Porto: CEPES, 2009, p.211-221. ISBN:978-989-95922-9-2.

ALBERTO, Edite Martins – *A Quinta da Trindade. História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1999. ISBN: 972-9149-75-5.

ALBUQUERQUE, Luís – *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*. Sintra: Publicações Europa-América, 1989. ISBN:972-1-02774-X.

ALBUQUERQUE, Luís – Lançarote Pessanha. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. José Costa Pereira (coord.) Navarra: Publicações Alfa, 1985, Vol. II, p.106.

ALBUQUERQUE, Luís – Manuel Pessanha. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. José Costa Pereira (coord.) Navarra: Publicações Alfa; 1985, Vol. II, p.106.

BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*, introdução de A. da Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976.

CÁLDERON ORTEGA, José Manuel; DÍAZ GONZÁLEZ, Francisco Javier – Alfonso X y el Almirantazgo Castellano: Reflexiones en torno al nacimiento de una institución. *Ius Fugit: revista interdisciplinar de estudios histórico-jurídicos*. Nº 8-9, 1999-2000, p.301-320. ISSN:1132-8975.

CALDERÓN ORTEGA, José Manuel - *El Almirantazgo de Castilla - Historia de una Institución conflictiva (1250-1560)*. Madrid: Universidad Alcalá Henares, 2003. ISBN:84-8138-548- 4.

COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I*. Lisboa, Temas e Debates, 2008. ISBN: 978-972-759-967-7.

COELHO, Maria Helena da Cruz – Portugal: um reino “Plantador de Naus”. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XLIII, 2012, p.71-89. ISSN:0870-4147.

CUNHA, Rosalina Branca da Silva – Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra na 1ª Dinastia. sep. da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Tomo XX, 2ª série, Nº1, 1954, p.1-74.

DUARTE, Luís Miguel – A Marinha de Guerra Portuguesa. In *Nova História Militar de Portugal*. José Mattoso (coord.); Manuel Themudo Barata, Nuno Severiano Teixeira (dir.). Lisboa: Círculo de Leitores; 2003, Vol. I, p.290-346. ISBN:972-42-3075-9.

DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta 1415. seiscentos anos depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015. ISBN: 978-972-24-1798-3.

DUARTE, Luís Miguel – Crimes do mar e justiça da terra. *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto: Série II, 1991, Vol.8, p.43-74.

DUARTE, Luís Miguel - *D. Duarte*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN:972-42-3588-2.

DUARTE, Luís Miguel – Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses nos primórdios das marinhas de guerra de Castela, França e Portugal. In *Genova una “porta” del mediterraneo*. Luciano Gallinari (coord.). Brigati-Genova: Istituto di Storia dell’Europa mediterrânea, 2005, Vol. I, p.259-294. ISBN:88-87822-24-7.

FERREIRA, João Pedro Rosa – Carlos Pessanha. In *Dicionário dos Descobrimentos portugueses*. Francisco Contente Domingues (coord.); Luís de Albuquerque (dir.). Lisboa: Círculo de leitores, 1994, Vol. II, p.895. ISBN:972-42-0834-6.

FERREIRA, João Pedro Rosa – Lançarote Pessanha. In *Dicionário dos Descobrimentos portugueses*. Francisco Contente Domingues (coord.); Luís de Albuquerque (dir.). Lisboa: Círculo de leitores, 1994, Vol. II, p.896. ISBN:972-42-0946-6.

FERREIRA, João Pedro Rosa – Manuel Pessanha. In *Dicionário dos Descobrimentos portugueses*. Francisco Contente Domingues (coord.); Luís de Albuquerque (dir.). Lisboa: Círculo de leitores, 1994, Vol. II, p.896-898. ISBN:972-42-0946-6.

FONSECA, João Abel da; SOARES, Luís Couto; MAIA, José dos Santos (coord.) - *A Formação da Marinha Portuguesa: dos primórdios ao Infante*. Lisboa: Academia da Marinha, 2015. ISBN:978-972-781-122-9.

FONSECA, Luís Adão da - *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. ISBN: 972-42-3442-8.

FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, 3 Vols.

GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN:972-42-3516-5.

GOMES, Saul António - *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009. ISBN: 978-972-759-975-2.

GONÇALVES, Marta Pereira – *Ammiragliato* – Estudo sociológico sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481). In *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Biblioteca Digital, 2017, p. 96-123. ISBN 978-989-99854-0-7.

KRUS, Luís – D. Fuas Roupinho. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. José Costa Pereira (coord.). Navarra: Publicações Alfa, 1985, Vol. II, p.187-188.

LÓPEZ de ARENOSA y DÍAZ, Francisco José - Despertar marítimo: Ante el 750 aniversario de la creación del Almirantazgo de Castilla. In *Cátedra Jorge Juan: Ciclo de Conferencias: curso 1996-1997*. Ignacio José Díaz Blanco (coord.). Ferrol: Universidade da Coruña, Servizio de Publicacións, 1999, p.165-192. ISBN: 84-95322-35-8.

MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado - Elementos para a História da Marinha (século XII-século XVI)*. Lisboa: Academia da Marinha, 1989.

MONTEIRO, Saturnino - *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa - Volume I (1139-1521)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1989.

MORENO, Humberto Baquero (coord.) - *História da Marinha Portuguesa - Homens Doutrinas e Organização 1139-1414*. Lisboa: Academia da Marinha, 1998. ISBN:972-8370-98-9.

MORENO, Humberto Baquero – A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico. sep. da *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973, Série B, Vol. IV, p.1-1199.

ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel – Porquê os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa. In *Atas do XV Simpósio de História Marítima: O Mar como futuro de Portugal – a propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante de D. Dinis*. Lisboa, 2017. No prelo, revisão de provas efetuada.

PEDROSA, Fernando Gomes - *Os Homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima- Pescadores, Marinheiros e Corsários*. Cacém: Câmara Municipal de Cascais, 2000. ISBN:973-637-075-2.

PEREIRA, José António Rodrigues - *Marinha Portuguesa- Nove Séculos de História*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2010. ISBN:978-989-8159-19-9.

PESSANHA, José Benedito de Almeida - *Os almirantes Pessanhas e sua descendência*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1923.

PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN:972-42-3438-X.

QUINTELLA, Inácio da Costa - *Annaes da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Marinha, 1975.

SALDANHA, António Vasconcelos de – Almirante. In *Dicionário dos Descobrimentos portugueses*. Francisco Contente Domingues (coord.); Luís de Albuquerque (dir.). Lisboa: Círculo de leitores, 1994, Vol. I, p. 55-56. ISBN:972-42-0834-6.

SALDANHA, António Vasconcelos de – O Almirante de Portugal. Estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval. *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXXIV, 1988, p.137-156. ISSN:0870-6735.

SEQUEIRA, Gustavo Matos – *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, Vol. I.

SILVA, Maria Fernandes Espinosa Gomes da – Almirante. In *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (dir.). Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, Vol. I, p.118-119.

SILVA, Tiago João Queimada e – Os feitos de D. Fuas Roupinho na Crónica de 1419. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XLIII, 2012, p.91-104. ISSN:0870-4147.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates, 2012. ISBN:978-972-759-966-0.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, Vol. II. ISBN:972-98018-3-5.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN:972-42-3515-7.

VAIRO, Giulia Rossi – A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha e a criação da Ordem de Cristo. In *Entre Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*. Isabel Cristina F. Fernandes (ed.). Palmela: Câmara Municipal de Palmela; GESOS, 2018, Vol. I, p.427-441. ISBN:978-972-8497-75-0.

VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagna. In *Le nove son tanto e tante buone che dir non se ne puó: Lisboa dos Italianos-História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*. Nunziatella Alessandrini, Pedro Flor, Mariagrazia Russo, Gaetano

Sabatini (org.). Lisboa: Cátedra de Estudos Sefraditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, 2013, p.19-37. ISBN: 978-989-96236-3-7.

VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l'organisation de la flotte portugaise au XIV^e siècle. In *The Sea in History – Medieval World II*. Michel Balard (ed.) - Paris: Boydell & Brewer, 2017, p.322-331. ISBN: 978-1-78327-159-7.

VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha, Almirante d'El-Rey D.Dinis. *O Medievalista* [on-line] N°13 janeiro-junho 2013, Lisboa: IEM. [Consult. 2 de outubro de 2017] Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. ISSN:1646-740X.

VIANA, Mário – O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média. In *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*. J. Solórzano, M. Bochaca e A. Aguiar (coord.). Logroño: Instituto de Estudios Riojianos, 2012, p.313-344. ISBN: 978-84-996003-3-8.

VERLINDEN, Charles – Dal Mediterraneo all'Atlantico. In *Contributi per la storia economica*. Prato: Istituto Internazionale di Storia Economica, 1975, p.27-51.

Anexos:

Quadro nº 1 – Cronologia dos ocupantes do cargo de Almirante português entre os séculos XII e XV, com o título que ostentavam durante o desempenho do seu ofício

Cronologia dos Almirantes portugueses – Século XIII a XV		
Nome	Vigência do Cargo	Título
Domingos Martins (?)	1285-1298	Almirante
Nuno Fernandes Cogominho	1298-1316	Almirante-Mor
“Micer” Manuel Pessanha	1317-1344	Almirante-Mor
Carlos Pessanha	1342-?	Almirante
Bartolomeu Pessanha	1344-1356	Almirante
Laçarote Pessanha	1356-1373	Almirante/ Almirante-Mor
D. João Afonso Telo	1375-1381	Almirante
Laçarote Pessanha	1382-1384	Almirante-Mor
Manuel Pessanha “II”	1385-1386	Almirante-Mor
Carlos Pessanha “II”	1387-1433	Almirante
D. Pedro de Menezes	1433-1437	Almirante
Carlos Pessanha “II”	1437-1444	Almirante
Laçarote Pessanha “II”	1444-1453	Almirante
Rui de Melo	1453-1467	Almirante
Nuno Vaz de Castelo Branco	1467-1481	Almirante
Vacância do Almirantado	1481-1483	-
Pêro de Albuquerque	1483-1484	Almirante
Lopo Vaz de Azevedo	1485- 1501	Almirante

Quadro nº2 – Dimensão das armadas/frotas portuguesas

Batalha/ Destino da armada	Data	Número de navios	Fonte
Cabo Espichel	Julho de 1180	Desconhecido	B.C.M.P I p.15
Ceuta	17 de outubro de 1182	21 galés	H ^a M.P. I p.141
Inglaterra (auxílio a Filipe, o Belo)	1295	4 navios	H ^a M.P. I p.141
Cabo de S. Vicente	21 de julho de 1337	20 galés	H ^a M. P. I p.141
Batalha do Salado	1340	10 galés	H ^a M. P. I p.141
Auxílio a Castela	1341	10 galés	H ^a M. P. I p.141
Auxílio a Castela	1342	10 galés	H ^a M. P. I p.141
Auxílio a Castela	1364	10 galés	H ^a M. P. I p.141
Bloqueio naval de Sevilha	Verão de 1369 a Outono de 1370	28 galés portuguesas, 4 galés fretadas a Reinel de Grimaldo e ainda 30 naus portuguesas	H ^a M. P. I p.141
Cerco de Lisboa	1373	4 galés e um número indiscriminado de naus	H ^a M. P. I p.141
Batalha de Saltes	17 de julho de 1381	21 galés, 1 galeota e 4 naus, guarnecidas por uma tripulação de 6 mil homens	H ^a M. P. I p.141
Cerco de Lisboa/ Batalha do Tejo	18 de julho de 1384	17 galés, 5 grandes naus de guerra, 12 naus e 1 galeota, guarnecidas por uma tripulação de 3500 marinheiros e 800 homens de armas	N.H.M I p.338
Auxílio a Inglaterra	1386	6 galés, 2 grandes naus de guerra e 12 naus	N.H.M I p.344
Ceuta	1415	15 galés e 70 navios de vela	<i>Ceuta - 1415</i> p.90

Quadro nº 3 - Património do Almirantado português

Data	Bem concedido	Donatário	Fonte
1314, fevereiro 6	Horta em Salvaterra	Nuno Fernandes Cogominho	D.P. Vol. I p.20-21
1317, fevereiro 1	Lugar da Pedreira (Lisboa); tença anual de 3 mil libras; quinto de todas as presas e saques que fizer no mar; 100 libras por cada mouro capturado	Manuel Pessanha	D.P. Vol. I p.27-30
1319, setembro 24	Feu da vila e do castelo de Odemira e reguengo de Algés	Manuel Pessanha	D.P. Vol. I p.33-36
1322, junho 22	Acréscimo anual de mil libras à tença, a juntar a um acréscimo anterior de 2 mil libras anuais pagas em dinheiro e panos. O total da tença do Almirante: 6 mil libras anuais	Manuel Pessanha	D.P. Vol. I p.42-43
7 de abril de 1342	Capela no Mosteiro da Ordem da Santíssima Trindade (Lisboa)	Manuel Pessanha	<i>A Quinta da Trindade...</i> p.42
1357, junho 8?	Renda da vila de Lagos	Lançarote Pessanha	D.P. Supl. Vol. I p.35
1361, março 11	Taxa de ancoragem: 1 dobra de ouro para navios entre 100 e 50 tonéis, meia dobra de ouro para navios com 30 e 50 tonéis. (taxa cobrada uma vez por ano)	Lançarote Pessanha	D.P. Vol. I p.112-113
1368, março 10	Quitação de 15 000 libras a Lançarote	Lançarote Pessanha	D.P. Vol. I p.122

	Pessanha, em quais era obrigado aos Reis D. Pedro I e D. Fernando		
1370, janeiro 1	Casa na Pedreira (Bairro do Almirante)	Lançarote Pessanha	D.P. Vol. I pág.123
1371, janeiro 5	Um quarto de uma azenha em Faro (sítio da Atalaia), com todos os seus rendimentos	Lançarote Pessanha	D. P. Vol. I p.135
1371, julho 21	Perda do reguengo de Algés, em favor do Capitão-mor da frota Gonçalo Tenreiro	Lançarote Pessanha	D.P. Vol. I p.147-148
1375, julho 8	Perda da vila de Odemira, em favor do fidalgo Dom Álvaro Pires de Castro	João Afonso Telo	D. P. Supl. Vol. I p.409-410
1376, abril 15	Terras da Ribeira, Cemadães, Gondim, Berlães, Bálamo, Mesquinhata, Alvalas, Numão e Moledo	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p. 411
1376, abril 15	Terras de Bemposta, Penas Roias com os seus tabelionados; foros de Mogadoiro, Paradela e Vimeiro com tabeliado e meirinhado desta; herdades de Crastelos, o terço e um chouso em Vivinho; Freixo de Espada à Cinta com seu tabelionado; Torre de Moncorvo com seu tabelionado e uma azenha; Mirandela e Lamas e os bens de Maria	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p. 410-411

	Fernandes		
1376, julho 17	Castelo de Monsanto	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p.411
1376, julho 19	Terras de Vileboas e Vilarelhos no almoxarifado de Torre de Moncorvo	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p.411
1376, maio 23	Terras de Mafamude, Leborim e Lavadores do almoxarifado do Porto	João Afonso Telo	D. P. Supl. Vol. I p.411
1377, novembro 19	Terras de Paços, Azaguis e Carregosa, no julgado da Feira, com todos os seus frutos, novos, rendas e direitos	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p.412
1379, março 20	Todas as rendas e direitos da alcaidaria de Lisboa, enquanto fosse mercê do Rei	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p.415
1383, setembro 9	Quinta de Marim, no termo de Faro, com todos os “seus figueiraees e herdades e pertenças”	Lançarote Pessanha	D.P. Vol. II, Tomo I p.177
1385, junho 2	Vila de Odemira com o seu termo, suas rendas, novos e direitos, como houvera Micer Lançarote	Manuel Pessanha II	D.P. Supl. Vol. I p.304-305
1387, fevereiro 25	Perda da vila de Odemira em favor de uma doação hereditária feita a Lourenço Anes Fogaça, chanceler do rei	Carlos Pessanha II	D.P. Supl. Vol. I p.432
1388, junho 6	Casas no bairro do Almirante	Carlos Pessanha II	D.P. Vol. I p.191

1393, julho 8	Doação dos Paços e Bairro da Pederneira	Carlos Pessanha II	D.P. Vol. I p.201-202
1450, agosto 13	Rei recusa o pagamento de uma tença anual de 300 mil libras	Carlos Pessanha II	D.P Vol. I p.478-479
1475, setembro 25	Castelo de Moura, com todos os seus direitos e rendas; Almirantado, com as suas rendas e tenças; Montaria-mor do reino, com os seus direitos, jurisdições e tença	Lopo Vaz de Castelo Branco e ao seu “filho mayor”	D.P. Vol. III p.163-164